

banrisul

Demonstrações Financeiras

Dezembro de 2025

Sumário

Mensagem do Presidente	3
<i>Press Release.....</i>	<i>4</i>
Análise de Desempenho	11
Relatório da Administração.....	26
Balanço Patrimonial	39
Demonstração do Resultado	41
Demonstração do Resultado Abrangente	42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	43
Demonstração dos Fluxos de Caixa	44
Demonstração do Valor Adicionado	45
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	46
Nota 01 – Contexto Operacional.....	46
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	46
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	55
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	66
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	68
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	88
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	88
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	89
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	90
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	91
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	96
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	98
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	98
Nota 14 – Outros Ativos	99
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	99
Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas.....	100
Nota 17 – Imobilizado de Uso	101
Nota 18 – Intangível	102
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	103
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	105
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	105
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	105
Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	107
Nota 24 – Outros Passivos	110
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	110
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	112
Nota 27 – Despesas de Pessoal.....	112
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	113
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	113
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	113
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	114
Nota 32 – Lucro por Ação	114
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	114
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	127
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	128
Nota 36 – Outras Informações	130
Nota 37 – Evento Subsequente.....	130
Relatórios	131
Relatório do Comitê de Auditoria.....	131
Parecer do Conselho Fiscal.....	134
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	135

Mensagem do Presidente

O relatório que apresentamos, referente ao exercício de 2025, exibe o robusto lucro líquido de R\$1,6 bilhão, número histórico que não surge como um evento isolado, mas como o amadurecimento das diretrizes estratégicas que estabelecemos ao iniciarmos esta gestão, em novembro de 2023. Naquele momento, decidimos que o Banrisul deveria liderar as transformações do mercado mantendo-se fiel à sua essência: as pessoas. Consolidamos, ao longo deste ano, o conceito de um banco aberto, uma filosofia que rompe fronteiras e nos coloca em constante diálogo com o novo. Abertos à inovação, destinamos mais de R\$ 400 milhões em investimentos tecnológicos para refinar a experiência dos nossos clientes e elevar os padrões de segurança, permitindo que a tecnologia sirva ao humano.

Essa mentalidade de abertura nos permitiu um feito inédito: o Banrisul foi pioneiro no país ao abrir sua rede de caixas eletrônicos recicladores para clientes de mais de 150 bancos e instituições financeiras, transformando nossa infraestrutura em um bem compartilhado por todo o mercado.

Nossa expansão também se deu geograficamente, levando a solidez gaúcha para além de nossas fronteiras com a marca de 327 mil contas digitais abertas em todo o território nacional. Para o cliente que vê o mundo como sua casa, lançamos a Banri Global Account, nossa conta internacional multimoedas, conectando nossos correntistas às necessidades globais.

Contudo, entendemos que a tecnologia é um meio, e o fim são sempre as pessoas. Por isso, repensamos integralmente nossa forma de acolher. Para o cliente pessoa física, criamos agências que são pontos de convergência, onde o digital e o físico se somam em ambientes abertos e acolhedores. No segmento corporativo, o lançamento do Banrisul Empresas e do Banrisul Corporate marcou a chegada de um modelo consultivo e personalizado, com um time de especialistas que visita os clientes em suas próprias sedes, preservando a importância do olho no olho e da escuta ativa nos momentos decisivos.

Acreditamos que um resultado financeiro dessa magnitude só adquire propósito real quando retorna à sociedade na forma de legado. O lucro recorde é a ferramenta que nos permite retribuir a confiança depositada em nossa instituição.

Com esse espírito, criamos o Banrisul Cultural, braço que nasce para consolidar nossa posição como a empresa que mais investe na cultura do Estado. Nossa primeira ação foi o aporte de R\$10,0 milhões para a recuperação das bibliotecas públicas afetadas pelas enchentes. Dando atenção à reconstrução desses espaços de saber, demonstramos nossa ligação indissolúvel com a nossa história e com o fomento à identidade gaúcha.

O Banrisul que chega ao final de 2025 é uma instituição que pulsa na mesma frequência de sua gente, unindo a eficiência de um banco moderno à sensibilidade de quem conhece cada canto desta terra.

Estamos completando quase 100 anos de existência e olhamos para este horizonte com a certeza de que nossa maior riqueza vai além dos números que alcançamos. Ela está em cada vida que ajudamos a transformar e em cada sonho que ajudamos a construir.

Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente do Banrisul

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul nos doze meses e quarto trimestre de 2025.

Ambiente de Negócios

O ano de 2025 começou repleto de incertezas e riscos no cenário internacional, especialmente diante da imposição de tarifas de importação pelo governo dos Estados Unidos (EUA) e por conflitos geopolíticos relevantes. Contudo, a inflação manteve-se sob controle nas principais economias, oferecendo espaço para políticas monetárias menos restritivas. A Argentina, mesmo diante de desafios, deve exibir um crescimento estimado de 4,0%, favorecendo a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul (RS).

No Brasil, a atividade econômica desacelerou gradualmente, e a taxa Selic manteve-se em patamar restritivo de 15,0% a.a. Apesar disso, o PIB do 3T2025 apresentou crescimento de 1,8% ante o mesmo período de 2024, com destaque para os setores agropecuário e industrial. A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,5% em 12 meses até novembro/2025.

No Rio Grande do Sul (RS), por sua vez, os dados do PIB do 3T2025, divulgados pelo governo do Estado, apontaram para expansão de 2,5% em relação ao 3T2024, com destaque para a retomada do setor agropecuário que cresceu 5,3%. A indústria gaúcha se expandiu 3,7%, e o setor de serviços 0,7%, com quedas importantes em vendas de veículos, de material de construção e de móveis e eletrodomésticos.

O mercado de crédito no RS apresentou crescimento mais acelerado que a média nacional em agosto de 2025 (10,8% versus 9,5%), com destaque para as concessões às empresas que avançaram 12,2%. A taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 4,1%, superando a média nacional de 3,8% até novembro/2025.

Em 2025 a base estratégica de nossas iniciativas para expansão foi o **segmento empresarial**, com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, visando a construção de relacionamentos de longo prazo e assertividade na concessão de crédito. Também neste ano, iniciamos uma transformação do modelo dos Banripoints, até então majoritariamente transacional, para um canal de negócios mais completo, com capacidade de oferta de soluções de crédito, seguros, consórcios e serviços digitais. Além disso, no 4T2025, inauguramos um **novo modelo de atendimento em agências** com ambientes mais eficientes, acessíveis e preparados para o futuro do atendimento bancário, integrando tecnologia, proximidade e humanização.

Reforçando nosso compromisso em apoiar a forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul, expandimos e intensificamos nossa atuação comercial no segmento de **câmbio**, e como resultado a carteira cresceu 34,9% em relação a 2024.

Aprimoramos a gestão de riscos e a qualidade dos nossos ativos de crédito através de iniciativas e esforços robustos para assegurar a saúde da nossa carteira, como o lançamento do menu **Finanças em Dia**, no app, que se consolidou como uma importante ferramenta para a manutenção da saúde da carteira de crédito.

A Vero encerrou 2025 com 150,7 mil estabelecimentos credenciados ativos, posição 5,9% superior ao ano anterior, e se consolida como uma solução não apenas de pagamento, mas também de gestão, controle e crescimento para o negócio. Através de ferramentas como o aplicativo **Vero Gestão**, que oferece dados e soluções em tempo real, o credenciado conta com total controle financeiro do seu negócio.

No âmbito do fortalecimento da estrutura de capital, em 2025 emitimos R\$1,8 bilhão em Letras Financeiras Subordinadas. Também investimos na ampliação e diversificação das fontes de captação e no fortalecimento da base de investidores, aliando tecnologia e conveniência às necessidades do mercado. Nossa carteira de **recursos captados e administrados**, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, cresceu 15,0% em 2025 e alcançou R\$133.495,1 milhões.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado R\$ Milhões	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Margem Financeira	6.406,1	5.901,0	1.617,5	1.605,5	1.548,1	8,6%	4,5%	0,8%
Perdas Líquidas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(1.295,3)	(872,7)	(584,8)	(191,4)	(189,3)	48,4%	209,0%	205,5%
Receitas de Prestação de Serviços	2.135,8	2.102,7	556,7	532,2	544,0	1,6%	2,3%	4,6%
Despesas Administrativas	(4.931,9)	(4.690,1)	(1.343,0)	(1.229,5)	(1.218,1)	5,2%	10,3%	9,2%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(598,4)	(584,9)	(178,0)	(165,8)	(199,6)	2,3%	-10,8%	7,3%
Outras Receitas / (Despesas Operacionais)	576,1	(262,1)	615,0	(4,4)	(78,7)	N/A*	N/A*	N/A*
Lucro Líquido	1.604,9	916,1	656,9	328,8	284,0	75,2%	131,3%	99,8%
Principais Itens Patrimoniais R\$ Milhões	Dez 2025	Dez 2024	Set 2025				Dez2025/Dez2024	Dez2025/Set2025
Ativos Totais	163.470,1	147.417,9	158.504,4				10,9%	3,1%
Tesouraria ⁽¹⁾	51.848,2	39.801,8	48.419,2				30,3%	7,1%
Operações de Crédito ⁽²⁾	65.028,8	62.058,9	64.068,1				4,8%	1,5%
Provisão para Perdas Esperada Assoc. ao Risco de Crédito	(4.235,5)	(2.600,5)	(3.685,9)				62,9%	14,9%
Créditos em Atraso acima de 90 dias	2.718,0	1.072,0	2.275,3				153,5%	19,5%
Recursos Captados e Administrados	133.495,1	116.129,2	127.789,4				15,0%	4,5%
Patrimônio Líquido	11.178,4	10.413,7	10.877,6				7,3%	2,8%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	14.405,8	11.564,6	13.052,4				24,6%	10,4%
Principais Inf. do Mercado Acionário R\$ Milhões	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽³⁾	649,0	368,0	292,6	110,0	146,9	76,4%	99,2%	166,0%
Valor de Mercado	6.232,8	4.171,5	6.232,8	4.887,2	4.171,5	49,4%	49,4%	27,5%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	27,33	25,46	27,33	26,60	25,46	7,3%	7,3%	2,8%
Preço Médio da Ação (R\$) ⁽⁴⁾	11,46	11,51	13,07	11,10	10,46	-0,5%	24,9%	17,7%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	3,92	2,24	1,61	0,80	0,69	75,2%	131,3%	99,8%
Índices Financeiros	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024			
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁵⁾	1,0%	0,7%	1,6%	0,8%	0,8%			
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	14,9%	9,1%	23,8%	12,2%	11,0%			
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁷⁾	57,9%	65,6%	57,9%	62,2%	65,6%			
Índice de Inadimplência acima de 90 dias	4,18%	1,73%	4,18%	3,55%	1,73%			
Índice de Cobertura acima de 90 dias ⁽⁸⁾	155,8%	247,9%	155,8%	162,0%	247,9%			
Índice de Provisionamento ⁽⁹⁾	6,5%	4,2%	6,5%	5,8%	4,2%			
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	19,5%	17,2%	19,5%	17,9%	17,2%			
Indicadores Estruturais	Dez 2025	Dez 2024	Set 2025					
Agências ⁽¹⁰⁾	477	477	480					
Postos de Atendimento	113	115	113					
Postos de Atendimento Eletrônico	356	360	340					
Colaboradores	9.228	9.462	9.180					
Indicadores Econômicos	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024			
Selic Efetiva Acumulada	14,32%	10,88%	3,59%	3,70%	2,68%			
Variação Cambial (%)	-10,56%	24,50%	1,60%	-3,24%	10,02%			
IGP-M	-1,04%	6,54%	-0,10%	0,01%	3,81%			
IPCA	4,26%	4,83%	0,60%	0,63%	1,48%			

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures com característica de concessão de crédito, no âmbito da implementação do novo COSIF 1.5, e a resolução CMN nº 4.966/21; a partir de janeiro de 2025, está incluso o valor do custo de originação, referente aos correspondentes bancários.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Cotações já ajustadas por proventos, inclusive dividendos.

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(7) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) ÷ (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais - outras despesas operacionais - despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas nos últimos 12 meses.

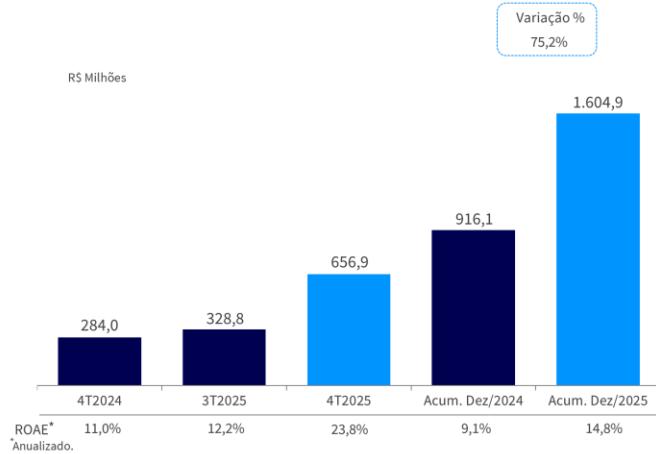
(8) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos acima de 90 dias.

(9) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

(10) O critério adotado para a quantidade de agências baseia-se nos endereços fixos das unidades.

* Não se Aplica

Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$1.604,9 milhões** nos 12M2025, um aumento de 75,2% ou R\$688,8 milhões frente ao lucro líquido dos 12M2024, refletindo especialmente: (i) aumento da margem financeira, (ii) aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, (iv) moderado aumento das despesas administrativas, (v) resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, (vi) aumento nas provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e (vii) consequente efeito tributário.

Frente ao 3T2025, o lucro líquido do 4T2025 apresentou aumento de 99,8% ou R\$328,1 milhões, desempenho que reflete especialmente o aumento da margem financeira, das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, das receitas de prestação de serviços, moderado aumento das despesas administrativas, o resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, o maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis, bem como o consequente efeito tributário.

A **margem financeira** nos 12M2025 totalizou **R\$6.406,1 milhões**, com aumento de 8,6% ou R\$505,1 milhões frente aos 12M2024, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo do que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva e aumento no volume de operações de crédito.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada dos 12M2025, 4,51%, apresentou redução de 0,32 p.p. em relação aos 12M2024.

Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: "AA" até "H" para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, dos 12M2025 apresentaram crescimento de 48,4% ou R\$422,6 milhões frente aos 12M2024, refletindo, especialmente, o incremento das operações em atraso em um cenário de aumento da carteira de crédito. No comparativo entre o 4T2025 e o 3T2025, houve incremento de 205,5% ou R\$393,3 milhões devido, sobretudo, à constituição de provisão para perda esperada no montante integral de R\$257,0 milhões referente a dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, atualmente depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados a ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos. As **receitas de prestação de serviços** nos 12M2025 apresentaram aumento de 1,6% ou R\$33,1 milhões frente aos 12M2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo aumento das receitas de administração de fundos, de cartão de crédito e de corretagem de seguros, minimizadas em parte pela redução das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos. O 4T2025 apresentou aumento das receitas de prestação de serviços em 4,6% ou R\$24,5 milhões quando comparado com o 3T2025, influenciado principalmente pelo crescimento das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos, serviços de conta corrente, de comissões de corretagem de seguros e de administração de consórcios.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços – R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Administração de Fundos	140,3	112,4	38,0	38,7	28,5	24,8%	33,4%	-1,8%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	529,6	578,0	135,1	127,9	153,5	-8,4%	-12,0%	5,7%
Cartão de Crédito	247,6	220,3	65,5	61,5	60,5	12,4%	8,4%	6,5%
Cobrança e Serviços de Custódia	56,0	55,4	14,0	14,5	15,1	1,0%	-7,5%	-3,3%
Comissões de Corretagem de Seguros	311,9	293,8	83,8	78,7	78,4	6,1%	6,8%	6,4%
Serviços de Conta Corrente	619,1	605,9	160,4	154,9	153,5	2,2%	4,5%	3,5%
Administração de Consórcio	121,1	135,1	31,4	27,3	29,6	-10,4%	5,9%	14,9%
Demais Receitas ⁽¹⁾	110,2	101,7	28,5	28,7	24,9	8,4%	14,5%	-0,6%
Total	2.135,8	2.102,7	556,7	532,2	544,0	1,6%	2,3%	4,6%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, apresentaram aumento de 5,2% ou R\$241,8 milhões nos 12M2025 frente as despesas administrativas acumuladas nos 12M2024, e de 9,2% ou R\$113,5 milhões no comparativo entre o 4T2025 e o 3T2025.

As despesas de pessoal apresentaram aumento de 8,5% ou R\$216,2 milhões na comparação entre o acumulado nos 12M2025 e o mesmo período de 2024, e de 12,0% ou R\$81,6 milhões no comparativo entre o 4T2025 e o 3T2025, como reflexo, principalmente, dos acordos coletivos da categoria, do efeito da reestruturação de funções e do programa de participação nos lucros.

As outras despesas administrativas aumentaram 1,2% ou R\$25,6 milhões nos 12M2025 em comparação aos 12M2024, refletindo o aumento nas despesas com amortização e depreciação, como consequência da mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, ocasionando também a redução das despesas com aluguéis e condomínios; a elevação nas despesas com manutenção e conservação de bens, com serviços técnicos especializados, com processamento de dados e comunicações, minimizada também, em parte, pela redução nas despesas com serviços de terceiros. Na comparação entre o 4T2025 e o 3T2025, aumentaram 5,8% ou R\$31,9 milhões, influenciadas especialmente pelo aumento nas demais despesas, que inclui doações ao Instituto Banrisul Cultural, criado no 4T2025 e que recebeu aportes das empresas do grupo Banrisul, patrocinador instituidor.

Composição das Despesas Administrativas – R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Despesas de Pessoal	2.755,3	2.539,1	761,4	679,8	652,7	8,5%	16,6%	12,0%
Outras Despesas Administrativas	2.176,6	2.151,0	581,6	549,7	565,3	1,2%	2,9%	5,8%
Amortização e Depreciação	402,3	316,4	100,8	101,9	79,3	27,1%	27,2%	-1,1%
Água, Energia e Gás	31,3	28,7	7,2	7,5	6,7	9,0%	6,9%	-4,2%
Aluguéis e Condomínios	50,7	165,4	16,4	6,7	42,6	-69,3%	-61,6%	143,0%
Comunicações	70,6	58,4	15,5	17,9	15,0	21,0%	2,9%	-13,5%
Manutenção e Conservação de Bens	119,5	84,0	30,3	32,1	21,9	42,2%	38,6%	-5,6%
Processamento de Dados	274,0	255,3	71,5	74,1	61,9	7,3%	15,5%	-3,4%
Propaganda, Promoções e Publicidade	174,6	176,1	47,8	47,8	50,3	-0,8%	-5,0%	-0,2%
Serviços de Terceiros	483,0	522,2	119,4	122,1	135,1	-7,5%	-11,6%	-2,3%
Serviços Técnicos Especializados	243,4	217,6	71,0	66,6	60,8	11,9%	16,8%	6,7%
Serviço de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	139,1	137,5	35,0	34,9	36,3	1,2%	-3,7%	0,2%
Serviços do Sistema Financeiro	47,2	48,4	15,4	10,8	14,2	-2,3%	8,7%	43,0%
Demais Despesas	140,9	141,1	51,3	27,2	41,1	-0,1%	24,7%	88,6%
Total	4.931,9	4.690,1	1.343,0	1.229,5	1.218,1	5,2%	10,3%	9,2%

O **índice de eficiência** alcançou 57,9% nos doze meses acumulados até dezembro/2025, frente a 65,5% dos doze meses acumulados até dezembro/2024, refletindo, principalmente, o aumento da margem financeira, das receitas de prestação de serviços, das despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, cuja soma apresentou volume maior do que o aumento nas despesas administrativas.

No 4T2025, houve reversão de provisões para contingências fiscais no montante de R\$855,2 milhões, originárias de Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, a qual questionou, para o período de

1998 a 2005, o IR e CSLL sobre a dedução da despesa de quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS). A reversão foi justificada após decisões judiciais recentes favoráveis ao Banrisul, modificando assim a classificação do risco de perda provável para remota. O montante contabilizado teve como contrapartida as outras receitas operacionais pelo valor de R\$614,7 milhões e reversão de contingência fiscal pelo valor de R\$240,4 milhões. No mesmo período foi constituída provisão adicional para contingências trabalhistas no montante de R\$251,8 milhões, decorrente de mudanças no cenário processual de ações trabalhistas coletivas relacionadas à discussão judicial sobre a 7^a e 8^a horas diárias.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$163.470,1 milhões em dezembro de 2025, com incremento de 10,9% frente ao mês de dezembro de 2024 e de 3,1% frente ao mês de setembro de 2025. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$74.667,9 milhões em dezembro de 2025. Subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$12.046,4 milhões na comparação com dezembro de 2024, e de R\$3.429,1 milhões frente a setembro de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos e dos recursos em letras, em um contexto de aumento da carteira de crédito e do cumprimento dos recolhimentos compulsórios no Bacen.

A **carteira de crédito** do Banrisul alcançou R\$65.028,8 milhões em dezembro de 2025, com aumento de 4,8% ou R\$2.969,8 milhões frente a dezembro de 2024 e de 1,5% ou R\$960,6 milhões na comparação com setembro de 2025, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial e câmbio.

Demonstrativo da Carteira de Crédito – R\$ Milhões

	Dez 2025	% Total Crédito	Set 2025	Dez 2024	Dez 2025/Dez 2024	Dez 2025/Set 2025
Câmbio	2.854,2	4,4%	2.379,8	2.116,0	34,9%	19,9%
Comercial ⁽¹⁾	39.663,7	61,0%	39.294,4	37.677,8	5,3%	0,9%
Pessoa Física	28.730,3	44,2%	28.988,6	28.579,1	0,5%	-0,9%
Consignado	19.461,3	29,9%	20.035,0	20.882,4	-6,8%	-2,9%
Outros	9.269,0	14,3%	8.953,6	7.696,7	20,4%	3,5%
Pessoa Jurídica	10.933,4	16,8%	10.305,9	9.098,7	20,2%	6,1%
Capital de Giro	6.564,1	10,1%	6.176,7	5.999,0	9,4%	6,3%
Outros	4.369,3	6,7%	4.129,1	3.099,7	41,0%	5,8%
Financiamento de Longo Prazo	2.531,8	3,9%	2.529,7	2.014,8	25,7%	0,1%
Imobiliário	6.453,7	9,9%	6.512,4	6.549,1	-1,5%	-0,9%
Rural	13.525,3	20,8%	13.351,7	13.701,2	-1,3%	1,3%
Total	65.028,8	100,0%	64.068,1	62.058,9	4,8%	1,5%

(1) Inclui custo de originação por meio dos correspondentes bancários; inclui Arrendamento Mercantil; inclui debêntures com característica de crédito.

O volume concedido em ativos de crédito nos 12M2025 foi de R\$53.960,4 milhões, 3,7% ou R\$2.068,8 milhões menor frente ao volume concedido nos 12M2024, refletindo, especialmente, o menor volume de crédito concedido nas carteiras rural e imobiliário, embora tenha sido registrado crescimento na concessão de crédito comercial e de câmbio. Frente ao 3T2025, o volume de crédito concedido no 4T2025 diminuiu 5,6% ou R\$785,2 milhões, influenciado principalmente pela redução nas concessões em crédito rural.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Câmbio	3.352,9	2.606,1	994,2	685,7	836,7	28,7%	18,8%	45,0%
Comercial	44.201,7	42.468,7	11.276,0	11.564,0	12.386,8	4,1%	-9,0%	-2,5%
Pessoa Física	26.014,3	28.245,1	6.562,4	6.996,1	7.891,0	-7,9%	-16,8%	-6,2%
Pessoa Jurídica	18.187,3	14.223,6	4.713,6	4.567,8	4.495,9	27,9%	4,8%	3,2%
Financiamento de Longo Prazo	584,7	849,9	80,4	123,6	431,6	-31,2%	-81,4%	-35,0%
Imobiliário	704,1	1.349,7	160,3	158,1	376,1	-47,8%	-57,4%	1,4%
Rural	5.117,0	8.754,7	785,2	1.549,9	3.174,9	-41,6%	-75,3%	-49,3%
Total	53.960,4	56.029,2	13.296,1	14.081,3	17.206,1	-3,7%	-22,7%	-5,6%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Até o ano de 2024, o modelo de provisão para perdas esperadas de operações de crédito obedecia a classificação por ratings de “AA” até “H” instituída pela Resolução CMN nº 2.682/99, e a baixa a prejuízo ocorria após 6 meses da classificação em nível H por atraso. A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21, que substitui o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de dezembro de 2025, 4,18% das operações de crédito, apresentou aumento de 2,45 p.p. em doze meses, e de 0,63 p.p. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias apresentou aumento de 153,5% em doze meses e de 19,5% em três meses. A **provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** apresentou crescimento de 62,9% em doze meses, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21. Frente ao trimestre anterior, o aumento foi de 14,9% devido principalmente, à constituição de provisão para perda esperada no montante integral de R\$257,0 milhões referente a dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, atualmente depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados a ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos.

Indicadores de Qualidade do Crédito - %

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	4,18%	3,55%	1,73%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	155,8%	162,0%	247,9%
Índice de Provisionamento ⁽³⁾	6,5%	5,8%	4,2%

(1) Operações com atraso > 90 dias ÷ Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos > 90 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

Os recursos captados e administrados, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$133.495,1 milhões em dezembro de 2025, com aumento de R\$17.365,8 milhões em comparação com dezembro de 2024, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos e dos recursos em letras, devido à emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025, e de R\$850,0 milhões no 4T2025. Frente a setembro de 2025, houve aumento de R\$5.705,7 milhões refletindo, em especial, além das emissões de LFSN, o crescimento dos depósitos e dos recursos administrados.

Recursos Captados e Administrados – R\$ Milhões

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024	Dez 2025/ Dez 2024	Dez 2025/ Set 2025
Depósitos	100.557,9	95.582,2	88.194,9	14,0%	5,2%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	10.152,4	10.002,1	7.358,3	38,0%	1,5%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.689,4	1.607,7	1.880,7	-10,2%	5,1%
Total Recursos Captados	112.399,7	107.191,9	97.433,9	15,4%	4,9%
Recursos Administrados	21.095,3	20.597,5	18.695,4	12,8%	2,4%
Total Recursos Captados e Administrados	133.495,1	127.789,4	116.129,2	15,0%	4,5%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Refere-se à captação externa subordinada.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.178,4 milhões em dezembro de 2025, com aumento de 7,3% ou R\$764,7 milhões frente a dezembro de 2024, e de 2,8% ou R\$300,8 milhões frente a setembro de 2025. As trajetórias refletem, especialmente, a incorporação de resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$1.130,0 milhões nos 12M2025. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$1.246,8 milhões no período.

Guidance

Ao término do exercício de 2025, mesmo diante de adversidades no cenário econômico brasileiro, o Banrisul apresentou resultados sólidos. Alguns indicadores situaram-se dentro dos intervalos previamente estabelecidos, enquanto outros ficaram ligeiramente abaixo das expectativas.

A Carteira de Crédito Total apresentou incremento de 4,8% em relação ao ano anterior, atingindo R\$65,0 bilhões. Ao longo do segundo semestre do ano, o Banrisul empregou esforços voltados a manutenção da adimplência das carteiras, com foco na cobrança e recuperação de crédito, o que levou a redução no volume de originação frente ao previsto. A carteira de crédito voltada a empresas, segmento estratégico para o Banrisul, cresceu em ritmo mais forte que o esperado, apoiada em linhas de Capital de Giro, como a Conta Única, e no Câmbio. Para 2026, a expectativa é de crescimento moderado, amparado pela continuidade do avanço no segmento empresarial e pelo direcionamento, direcionando para produtos de maior rentabilidade.

No tocante à Margem Financeira, o desempenho manteve-se dentro do intervalo divulgado, reflexo das iniciativas voltadas à elevação da rentabilidade, tanto pelo direcionamento para produtos de crédito mais rentáveis quanto pela oferta de captações pré-fixadas, o que resultou na redução do descasamento de taxas. A projeção para 2026 contempla a continuidade dessas estratégias, com foco no aprimoramento dos resultados.

O Custo de Crédito, representado pelo somatório das Despesas com Provisão para Perdas em Operações de Crédito líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo, em relação ao saldo da Carteira de Crédito, permaneceu dentro do intervalo estimado, evidenciando o adequado controle e gestão do risco de crédito. Para 2026, espera-se a preservação desse indicador em patamar semelhante.

No que se refere às Despesas Administrativas, o Banrisul manteve rigoroso controle dos gastos, apresentando indicadores inferiores ao projetado, ainda que admissões, reestruturações de funções e aumento das participações nos lucros, tenham contribuído para um acréscimo nas despesas de pessoal. Para o exercício de 2026, as perspectivas apontam para continuidade na diligência de custos administrativos, mesmo diante de robustos investimentos em tecnologia.

Perspectivas Banrisul

	Projetado ⁽¹⁾	Ano 2025 Realizado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%	4,8%
Margem Financeira ⁽²⁾	7% a 12%	8,6%
Custo de Crédito ⁽³⁾	1,2% a 2,2%	1,6%
Despesas Administrativas ⁽⁴⁾	7% a 11%	6,7%

(1) Divulgado no 4T24 e mantido nos demais trimestres do ano.

(2) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo no ano comparativo de 2024.

(3) Despesas de Provisão para Perdas da Carteira de Crédito líquidas da Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo em relação ao saldo desta Carteira.

(4) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários e PLR.

	Projetado	Ano 2026
Carteira de Crédito Total	3% a 8%	
Margem Financeira	8% a 13%	
Custo de Crédito ⁽¹⁾	1,2% a 2,2%	
Despesas Administrativas ⁽²⁾	5% a 9%	

(1) Despesas de Provisão para Perdas da Carteira de Crédito líquidas da Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo em relação ao saldo desta Carteira.

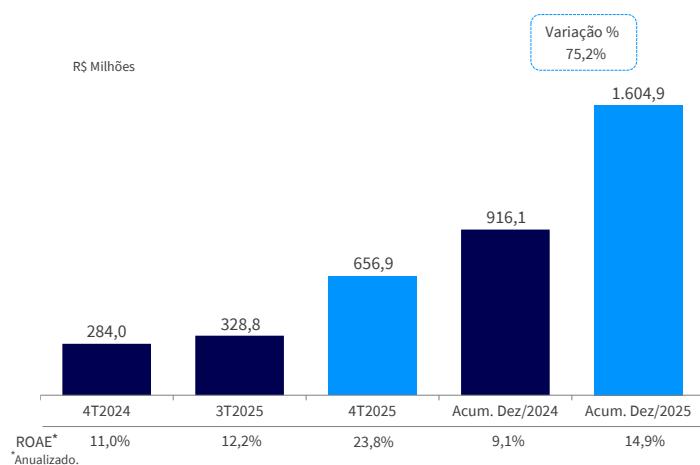
(2) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao quarto trimestre e exercício de 2025.

Lucro Líquido



despesas operacionais, em R\$838,2 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$13,6 milhões, e (vii) consequente efeito tributário.

O lucro líquido do 4T2025 totalizou R\$656,9 milhões e apresentou elevação de 131,3% ou R\$373,0 milhões frente ao 4T2024, refletindo principalmente o (i) aumento da margem financeira em R\$69,4 milhões, (ii) elevação das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$395,5 milhões, (iii) crescimento das receitas de prestação de serviços, em R\$12,7 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas em R\$124,9 milhões, (v) resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$693,6 milhões, (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$21,5 milhões, e (vii) consequente efeito tributário.

Frente ao 3T2025, o lucro líquido do 4T2025 demonstrou incremento de 99,8% ou R\$328,2 milhões, refletindo em especial a (i) elevação da margem financeira em R\$12,0 milhões; (ii) aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$393,3 milhões; (iii) elevação das receitas de prestação de serviços em R\$24,5 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$113,5 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$619,4 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$12,2 milhões; e (vii) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas; até o ano de 2024, o reconhecimento das rendas de operações de crédito cessava em operações vencidas acima de 60 dias. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base pro rata die. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

O lucro líquido do ano de 2025 totalizou R\$1.604,9 milhões e apresentou elevação de 75,2% ou R\$688,8 milhões frente ao lucro líquido do ano de 2024, refletindo especialmente o (i) aumento da margem financeira, em R\$505,0 milhões; (ii) elevação nas perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em R\$422,5 milhões; (iii) crescimento das receitas de prestação de serviços, em R\$33,1 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$241,8 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras

A margem sobre ativos rentáveis reduziu 0,32 pp. na comparação entre os anos de 2025 e 2024, alcançando 4,51% no ano de 2025. Os ativos médios rentáveis aumentaram 16,3% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 17,5%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 48,4% desses ativos, com aumento de 0,7 pp. entre os anos de 2025 e 2024; b) operações de crédito, representando 41,7% desses ativos, com redução de 1,0 pp. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 51,2% desses passivos no ano de 2025, com redução de 0,5 pp. frente ao ano de 2024; b) captação no mercado aberto, representando 18,4% dos passivos onerosos, com aumento de 0,1 pp. no período; c) depósitos de poupança, representando 8,5% dos passivos onerosos, com redução de 1,7 pp. no período; d) depósitos judiciais e administrativos, representando 7,2% desses passivos, com redução de 0,1 pp. e e) recursos em letras, representando 7,1% dos passivos onerosos, com elevação de 0,9 pp. no período.

A partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. Nos períodos anteriores, as receitas e despesas estão mensuradas pelos critérios vigentes a época.

Margem Financeira Analítica - R\$ Milhões e %

	2025			2024		
	Balanço Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanço Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis						
Operações de Crédito ⁽¹⁾	142.162,9	21.768,8	15,31%	122.248,8	16.798,9	13,74%
Tesouraria ⁽²⁾	59.232,8	11.119,2	18,77%	52.162,9	9.364,9	17,95%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	68.785,5	9.172,9	13,34%	58.334,8	5.841,2	10,01%
Compulsórios	153,2	(322,9)	-210,79%	125,7	396,1	315,22%
Ativos Não Rentáveis						
Ativos Totais	14.222,1				15.167,4	
	156.385,0	21.768,8	13,92%	137.416,2	16.798,9	12,22%
Passivos Onerosos						
Depósitos Interfinanceiros	131.033,6	(15.362,7)	11,72%	111.499,1	(10.897,9)	9,77%
Depósitos de Poupança	2.176,4	(177,8)	8,17%	1.733,4	(120,8)	6,97%
Depósitos a Prazo	11.077,1	(855,5)	7,72%	11.334,6	(757,4)	6,68%
Depósitos Judiciais e Administrativos	67.048,2	(8.042,8)	12,00%	57.637,9	(5.194,6)	9,01%
Captações no Mercado Aberto	9.435,8	(1.190,7)	12,62%	8.085,7	(825,2)	10,21%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	24.121,9	(3.268,5)	13,55%	20.448,3	(2.121,7)	10,38%
Dívida Subordinada	9.323,5	(1.221,9)	13,11%	6.964,6	(691,8)	9,93%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	1.685,0	80,0	-4,75%	1.638,7	(531,2)	32,42%
Obrigações por Empréstimos e Rep. em Moeda Estrang.	3.733,3	(219,3)	5,87%	1.998,7	(109,3)	5,47%
Passivos Não Onerosos						
Patrimônio Líquido	14.622,6			15.826,9		
Passivos e PL	10.728,7			10.090,2		
Spread			4,10%			4,29%
Margem Financeira		6.406,1	4,51%		5.901,0	4,83%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento, sendo alocadas as variações cambiais nos devidos produtos.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do ano de 2025, R\$6.406,1 milhões, apresentou crescimento de 8,6% ou R\$505,1 milhões em relação ao ano de 2024, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas

com juros. O crescimento das receitas está relacionado à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas operações de crédito e nas aplicações em tesouraria, e a elevação nas taxas médias, principalmente nas aplicações em tesouraria, influenciadas pelo aumento da Taxa Selic efetiva. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento nas taxas médias dos passivos onerosos, principalmente nos depósitos a prazo e captações no mercado aberto, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva, e ao crescimento no volume médio, em especial dos depósitos a prazo, das captações no mercado aberto e nos recursos em letras.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos nos períodos anteriores. A variação de volume foi computada como a diferença entre o saldo médio multiplicado pela taxa do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: 2025 vs 2024.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ Milhões

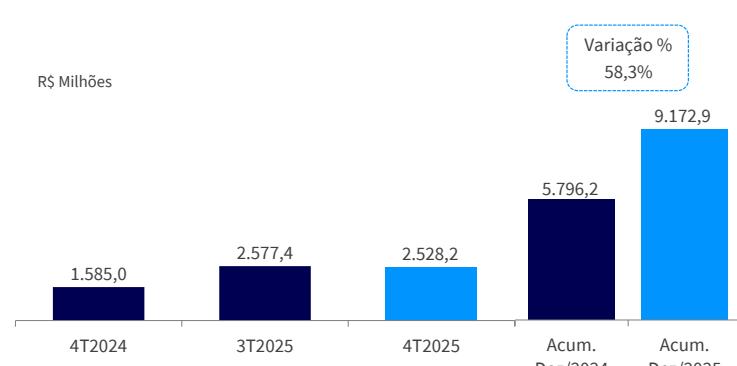
	2025/2024		
	Aumento / Redução Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis			
Operações de Crédito ⁽¹⁾	2.821,7	2.148,2	4.969,9
Tesouraria	1.312,6	441,7	1.754,3
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽²⁾	1.168,1	2.163,5	3.331,7
Compulsórios	69,9	(788,9)	(719,0)
Depósitos Interfinanceiros	270,9	332,0	602,9
Depósitos de Poupança			
Depósitos a Prazo	(2.121,5)	(2.343,3)	(4.464,8)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(34,1)	(22,9)	(56,9)
Captações no Mercado Aberto	16,8	(114,9)	(98,1)
Recursos em Letras ⁽³⁾	(940,8)	(1.907,4)	(2.848,2)
Dívida Subordinada	(151,3)	(214,2)	(365,5)
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(424,3)	(722,5)	(1.146,8)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(272,8)	(257,4)	(530,2)
Margem Financeira	(14,6)	625,9	611,3
	(101,3)	(8,7)	(110,0)
	(199,0)	278,7	79,7
	700,1	(195,0)	505,1

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(3) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria



O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários - TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) do ano de 2025 apresentou crescimento de 58,3% ou R\$3.376,6 milhões frente ao ano de 2024 e de 59,5% ou R\$943,2 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, refletindo o aumento no saldo e respectivas rendas de TVM, em um cenário de elevação da Taxa Selic efetiva

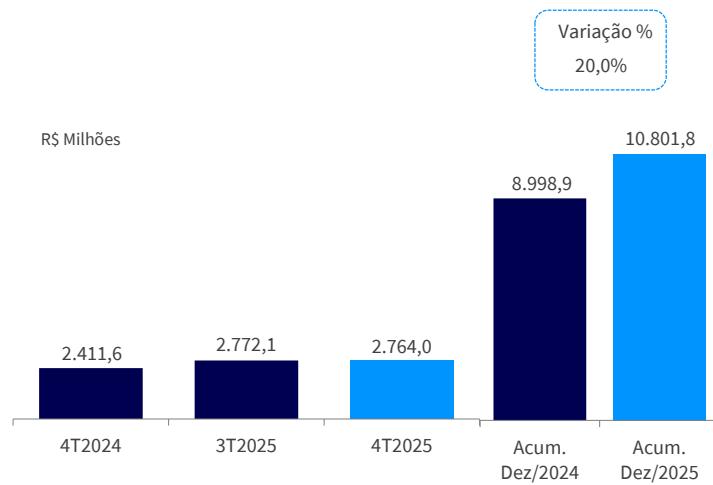
dos períodos. Frente ao 3T2025, o resultado de tesouraria do 4T2025 demonstrou redução de 1,9% ou R\$49,2 milhões face, em especial, ao menor número de dias úteis e diminuição na Taxa Selic efetiva do período.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do ano de 2025 somou R\$1.799,6 milhões, com elevação de 51,0% ou R\$608,1 milhões frente ao ano anterior e, no 4T2025, que somou R\$515,3 milhões, apresentou aumento de 64,0% ou R\$201,1 milhões na comparação com o 4T2024, refletindo, especialmente, o crescimento nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, à elevação de saldo e da Taxa Selic efetiva.

Em relação ao 3T2025, o resultado de aplicações compulsórias do 4T2025 apresentou incremento de 5,7% ou R\$27,6 milhões, influenciado, em especial, pelo crescimento nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos de poupança e aos recursos a prazo, face ao aumento do saldo.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do ano de 2025, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos (a partir de 2025 também estão contabilizados os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e incluídas as receitas de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21), totalizaram R\$10.801,8 milhões e apresentaram crescimento de 20,0% ou R\$1.802,9 milhões frente ao ano de 2024 e de 14,6% ou R\$352,4 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, trajetórias

influenciadas, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial e do crédito rural.

No comparativo com o último trimestre, as receitas de operações de crédito do 4T2025 apresentaram relativa estabilidade.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física - PF representam 73,5% do total de receitas do crédito comercial no ano de 2025, e apresentaram aumento de 10,7% ou R\$566,9 milhões na comparação com o ano de 2024, influenciado especialmente pelo incremento nas receitas do crédito pessoal, do cartão de crédito rotativo/parcelado, rendas do cheque especial e da conta única rural, que iniciou as operações no 3T2024, impactado pelo aumento nos saldos desses produtos. No comparativo entre o 4T2025 e o 4T2024, as receitas do crédito comercial PF demonstraram elevação de 4,2% ou R\$58,9 milhões, refletindo principalmente o incremento nas rendas do crédito pessoal, renegociação de dívidas, receitas da conta única rural e cheque especial, face a elevação nos saldos, minimizado pela redução nas rendas do crédito consignado. Frente ao 3T2025, as receitas do crédito comercial PF do 4T2025 apresentaram redução de 3,6% ou R\$53,5 milhões, impactada em especial pela diminuição nas rendas do crédito consignado, do cartão de crédito rotativo/parcelado e nas receitas do cheque especial, compensado em parte pelo aumento nas rendas com renegociação de dívidas.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica - PJ representam 26,5% do total de receitas do crédito comercial no ano de 2025, e aumentaram 35,6% ou R\$557,2 milhões frente ao ano de 2024, trajetória

influenciada, especialmente, pela elevação nas receitas das operações de conta única, que iniciou as operações no 2T2024, da conta empresarial e descontos de recebíveis. No comparativo entre o 4T2025 e o 4T2024, as receitas do crédito comercial PJ demonstraram incremento de 42,2% ou R\$169,2 milhões face, em especial, ao aumento das rendas com operações de conta única, capital de giro e conta empresarial. Em relação ao 3T2025, apresentaram relativa estabilidade.

As receitas do crédito comercial do ano de 2025 apresentaram aumento de 16,3% ou R\$1.124,1 milhões frente ao ano de 2024, de 12,8% ou R\$228,0 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024 e redução de 2,4% ou R\$49,9 milhões frente ao 3T2025.

Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Pessoa Física	5.884,0	5.317,1	1.445,9	1.499,4	1.387,0	10,7%	4,2%	-3,6%
Aquisição de Bens	54,2	55,7	13,6	13,6	14,2	-2,6%	-3,8%	-0,1%
Cartão de Crédito Rotativo/ Parc.	488,1	328,3	108,0	122,3	98,4	48,7%	9,7%	-11,7%
Cheque Especial	607,1	520,3	145,2	158,3	133,1	16,7%	9,1%	-8,2%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	85,5	6,1	25,7	25,8	5,8	N/A*	N/A*	-0,5%
Crédito Pessoal	921,8	706,9	240,5	243,0	193,1	30,4%	24,6%	-1,0%
Crédito Consignado	3.465,9	3.525,0	840,4	871,0	891,2	-1,7%	-5,7%	-3,5%
Outros ⁽³⁾	261,3	174,8	72,5	65,5	51,3	49,5%	41,2%	10,7%
Pessoa Jurídica	2.124,5	1.567,3	569,6	566,0	400,5	35,6%	42,2%	0,6%
Aquisição de Bens	44,0	41,7	9,9	11,0	10,0	5,4%	-1,5%	-10,4%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	25,0	18,9	5,2	6,1	4,8	32,7%	6,9%	-16,2%
Capital de Giro	1.029,9	1.022,1	270,5	271,0	233,6	0,8%	15,8%	-0,2%
Conta Empresarial	370,8	278,6	89,9	95,3	65,3	33,1%	37,8%	-5,6%
Conta Única ⁽²⁾	499,7	83,1	144,2	142,3	58,0	N/A*	148,6%	1,4%
Desconto de Recebíveis	36,4	15,2	8,8	9,1	5,7	138,7%	54,3%	-2,9%
Outros ⁽³⁾	118,8	107,7	41,2	31,2	23,0	10,3%	79,2%	32,1%
Total	8.008,5	6.884,4	2.015,5	2.065,4	1.787,5	16,3%	12,8%	-2,4%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (3) Inclui renegociação de dívidas.

*Não se aplica.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado do ano de 2025 apresentaram elevação de 43,3% ou R\$4.434,5 milhões frente às despesas do ano de 2024 e de 42,3% ou R\$1.224,1 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, refletindo principalmente, em ambas as trajetórias, o aumento das despesas com depósitos e com operações compromissadas, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação; minimizado pela redução no resultado da dívida subordinada.

Frente ao 3T2025, as despesas de captação no mercado do 4T2025 apresentaram elevação de 1,1% ou R\$45,2 milhões, influenciada pelo crescimento no resultado da dívida subordinada, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação, e despesas com depósitos, minimizada pela redução nas despesas com operações compromissadas e recursos em letras.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Depósitos ⁽¹⁾	10.266,9	6.898,1	2.882,2	2.805,9	1.867,4	48,8%	54,3%	2,7%
Operações Compromissadas	3.268,5	2.121,7	812,2	904,1	609,1	54,1%	33,3%	-10,2%
Recursos em Letras ⁽²⁾	1.221,9	691,8	340,6	362,9	180,7	76,6%	88,5%	-6,1%
Resultado da Dívida Subordinada	(80,0)	531,2	81,7	(1,2)	235,5	-115,1%	-65,3%	N/A*
Total	14.677,2	10.242,7	4.116,8	4.071,6	2.892,7	43,3%	42,3%	1,1%

(1) Inclui as despesas do FGC.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

*Não se aplica

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 4T2025, 2,96%, aumentou 0,77 pp. em relação ao 4T2024 e redução de 0,08 pp. frente ao 3T2025, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 82,41% no 4T2025, apresentou elevação de 0,54 pp. frente ao 4T2024 e de 0,43 pp. na comparação com o 3T2025.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,86% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 87,15% no 4T2025, com elevação de 1,71 pp. em relação ao 4T2024 e de 0,79 pp. frente ao 3T2025.

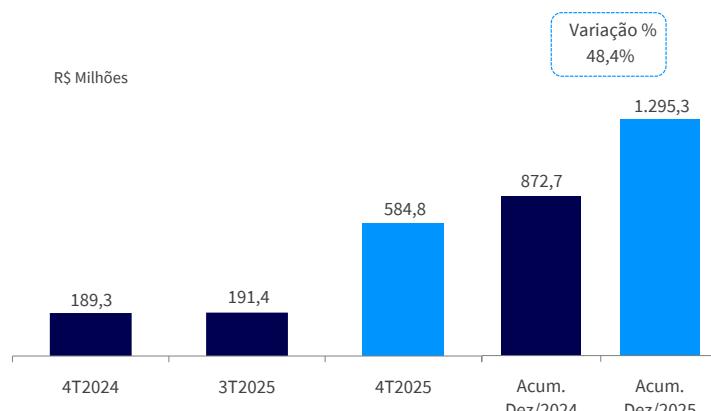
Custo de Captação - R\$ Milhões e %

	4T2025			3T2025			4T2024		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	71.737,4	(2.244,8)	3,13%	67.816,3	(2.169,7)	3,20%	61.314,7	(1.401,7)	2,29%
Depósitos de Poupança	10.922,3	(215,9)	1,98%	11.062,9	(218,6)	1,98%	11.458,2	(194,2)	1,70%
Depósitos à Vista	3.513,5	-	0,00%	2.843,8	-	0,00%	3.464,7	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	2.339,0	(49,5)	2,12%	2.580,4	(56,4)	2,19%	1.457,1	(26,8)	1,84%
Depósitos Judiciais e Admin.	10.360,5	(344,6)	3,33%	9.674,5	(334,4)	3,46%	8.430,5	(219,6)	2,60%
Outros Depósitos	282,8	(0,0)	0,01%	258,9	(0,0)	0,01%	271,4	(0,0)	0,00%
Letras Financeiras ⁽²⁾	6.008,7	(205,6)	3,42%	3.911,0	(146,1)	3,74%	1.421,7	(41,8)	2,94%
Letras de Crédito Imobiliário	2.792,5	(93,4)	3,35%	3.243,3	(107,6)	3,32%	2.373,8	(57,1)	2,40%
Letras de Crédito do Agronegócio	967,6	(41,6)	4,30%	2.942,5	(109,2)	3,71%	3.297,2	(81,8)	2,48%
Despesas de Contribuição FGC	-	(27,4)	-	-	(26,7)	-	-	(24,9)	-
Saldo Médio Total / Desp. Total	108.924,3	(3.222,9)	2,96%	104.333,5	(3.168,8)	3,04%	93.489,2	(2.048,1)	2,19%
Selic			3,59%			3,70%			2,68%
Custo Médio / Selic			82,41%			81,98%			81,87%
Custo Depósito a Prazo / Selic			87,15%			86,36%			85,44%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito



Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo da provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: "AA" até "H" para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$1.295,3 milhões no ano de 2025 e apresentaram aumento de 48,4% ou R\$422,5 milhões na comparação com o ano de 2024, refletindo, especialmente,

o aumento dos créditos em atraso e das operações de crédito.

As perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 4T2025, que somaram R\$584,8 milhões, demonstraram elevação de 209,0% ou R\$395,5 milhões frente ao 4T2024 e de 205,5% ou R\$393,3 milhões na comparação com o 3T2025, impactada principalmente pela constituição de provisão para perda esperada no montante integral de R\$257,0 milhões referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, atualmente depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude

da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos; também refletindo o aumento das operações em atraso e das operações de crédito.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do ano de 2025 apresentaram crescimento de 1,6% ou R\$33,1 milhões em relação às receitas do ano de 2024, com destaque para o aumento das rendas de administração de fundos, cartão de crédito, comissões de corretagem e seguros e receitas com serviços de conta corrente, minimizado pela redução das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos.

Na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, as receitas de prestação de serviços demonstraram incremento de 2,3% ou R\$12,7 milhões, face em especial ao crescimento das rendas com administração de fundos, serviços de conta corrente, receitas de comissões de corretagem de seguros e de cartão de crédito, minimizado em parte pela redução das rendas com serviços da Banrisul Pagamentos.

Frente ao 3T2025, as receitas de prestação de serviços do 4T2025 apresentaram aumento de 4,6% ou R\$24,5 milhões, impactado especialmente pela elevação das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos, serviços de conta corrente, rendas de comissões de corretagem de seguros, administração de consórcio e cartão de crédito.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

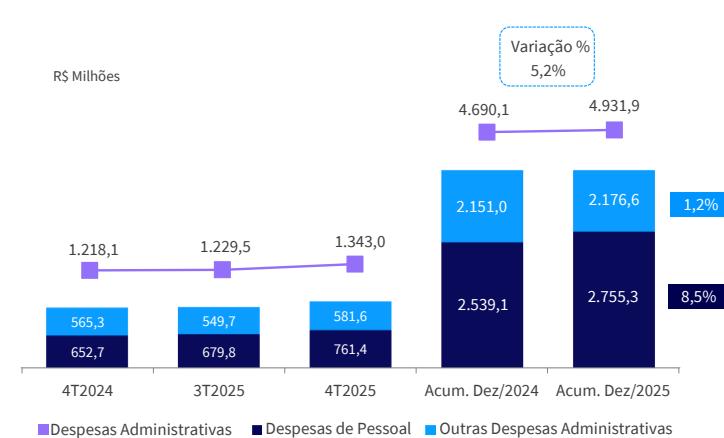
	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Administração de Fundos	140,3	112,4	38,0	38,7	28,5	24,8%	33,4%	-1,8%
Receitas de Serviços Banrisul Pagam.	529,6	578,0	135,1	127,9	153,5	-8,4%	-12,0%	5,7%
Cartão de Crédito	247,6	220,3	65,5	61,5	60,5	12,4%	8,4%	6,5%
Cobrança e Serviços de Custódia	56,0	55,4	14,0	14,5	15,1	1,0%	-7,5%	-3,3%
Comissões de Corretagem de Seguros	311,9	293,8	83,8	78,7	78,4	6,1%	6,8%	6,4%
Serviços de Conta Corrente	619,1	605,9	160,4	154,9	153,5	2,2%	4,5%	3,5%
Administração de Consórcio	121,1	135,1	31,4	27,3	29,6	-10,4%	5,9%	14,9%
Demais Receitas ⁽¹⁾	110,2	101,7	28,5	28,7	24,9	8,4%	14,5%	-0,6%
Total	2.135,8	2.102,7	556,7	532,2	544,0	1,6%	2,3%	4,6%

(1) Inclui, principalmente, rendas de garantias prestadas, receitas de serviço de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do ano de 2025 apresentaram crescimento de 5,2% ou R\$241,8 milhões frente às despesas administrativas do ano de 2024, de 10,3% ou R\$124,9 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024 e de 9,2% ou R\$113,5 milhões em relação ao 3T2025.

As despesas de pessoal do ano de 2025 apresentaram crescimento de 8,5% ou R\$216,2 milhões frente às despesas de pessoal do ano de 2024, de 16,6% ou R\$108,7 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024 e de 12,0% ou R\$81,6 milhões em relação ao 3T2025, refletindo em todos os períodos os acordos coletivos da categoria, a reestruturação de funções e o programa de participação nos lucros.



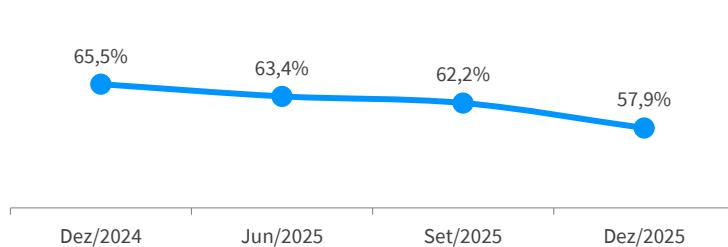
As outras despesas administrativas do ano de 2025 apresentaram incremento de 1,2% ou R\$25,6 milhões frente ao ano de 2024, refletindo o aumento nas despesas com amortização e depreciação, como consequência da mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, ocasionando também a redução das despesas com aluguéis e condomínios; a elevação nas despesas com manutenção

e conservação de bens e serviços técnicos especializados. Na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, demonstrou crescimento de 2,9% ou R\$16,3 milhões, trajetória influenciada, especialmente, pelo aumento nas despesas com amortização e depreciação, serviços técnicos especializados e despesas com processamento de dados, minimizado pela redução nas despesas com aluguéis e condomínios, devido a mudança de normativo. Frente ao 3T2025, as outras despesas administrativas do 4T2025 apresentaram crescimento de 5,8% ou R\$31,9 milhões refletindo, principalmente, o aumento nas demais despesas, que inclui doações ao Instituto Banrisul Cultural, criado no 4T2025 e que recebeu aportes das empresas do grupo Banrisul, patrocinador instituidor.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Despesas de Pessoal	2.755,3	2.539,1	761,4	679,8	652,7	8,5%	16,6%	12,0%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	2.442,3	2.288,3	659,1	607,3	588,2	6,7%	12,1%	8,5%
Treinamentos	10,8	6,3	5,8	2,4	2,5	71,7%	135,5%	144,4%
Participação nos Lucros	302,2	244,5	96,5	70,1	62,1	23,6%	55,5%	37,7%
Outras Despesas Administrativas	2.176,6	2.151,0	581,6	549,7	565,3	1,2%	2,9%	5,8%
Amortização e Depreciação	402,3	316,4	100,8	101,9	79,3	27,1%	27,2%	-1,1%
Água, Energia e Gás	31,3	28,7	7,2	7,5	6,7	9,0%	6,9%	-4,2%
Aluguéis e Condomínios	50,7	165,4	16,4	6,7	42,6	-69,3%	-61,6%	143,0%
Comunicações	70,6	58,4	15,5	17,9	15,0	21,0%	2,9%	-13,5%
Manutenção e Conservação de Bens	119,5	84,0	30,3	32,1	21,9	42,2%	38,6%	-5,6%
Processamento de Dados	274,0	255,3	71,5	74,1	61,9	7,3%	15,5%	-3,4%
Propaganda, Promoções e Publicidade	174,6	176,1	47,8	47,8	50,3	-0,8%	-5,0%	-0,2%
Serviços de Terceiros	483,0	522,2	119,4	122,1	135,1	-7,5%	-11,6%	-2,3%
Serviços Técnicos Especializados	243,4	217,6	71,0	66,6	60,8	11,9%	16,8%	6,7%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	139,1	137,5	35,0	34,9	36,3	1,2%	-3,7%	0,2%
Serviços do Sistema Financeiro	47,2	48,4	15,4	10,8	14,2	-2,3%	8,7%	43,0%
Demais Despesas	130,6	131,2	48,9	24,6	38,8	-0,4%	25,8%	98,3%
Total	4.931,9	4.690,1	1.343,0	1.229,5	1.218,1	5,2%	10,3%	9,2%

Índice de Eficiência



O **índice de eficiência** do ano de 2025 alcançou 57,9%, frente a 65,5% do ano de 2024, refletindo, principalmente, o aumento de 8,6% na margem financeira, crescimento de 1,6% nas receitas de prestação de serviços, resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras

despesas operacionais e aumento de 2,3% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; frente ao aumento de 5,2% nas despesas administrativas.

Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas

As despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas apresentaram elevação de 2,3% ou R\$13,5 milhões na comparação entre os anos de 2025 e 2024, e crescimento de 7,3% ou R\$12,2 milhões frente ao 4T2025 face ao aumento da provisão para contingência trabalhista maior do que o aumento da reversão para provisão fiscal; na comparação do 4T2025 com o 3T2025 despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas apresentaram retração de 10,8% ou R\$21,5 milhões devido ao aumento da reversão para provisão fiscal maior do que o aumento da provisão para contingência trabalhista.

No 4T2025 houve reversão de provisões para contingências fiscais no montante de R\$855,2 milhões, originárias de Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, a qual questionou, para o período de 1998 a 2005, o IR e CSLL sobre a dedução da despesa de quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS). A reversão ocorre em virtude de ter havido, no último trimestre, evolução no processo, com viés favorável ao Banrisul, modificando assim a classificação do risco de perda provável para

remota, revertendo a totalidade dessa provisão. O montante foi contabilizado em outras receitas operacionais pelo valor de R\$614,7 milhões e em reversão de contingência fiscal em R\$240,4 milhões.

Em dezembro de 2025, procedeu-se à constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas no montante de R\$251,8 milhões, decorrente de mudanças no cenário processual de ações trabalhistas coletivas relacionadas à discussão judicial sobre a 7ª e 8ª horas diárias.

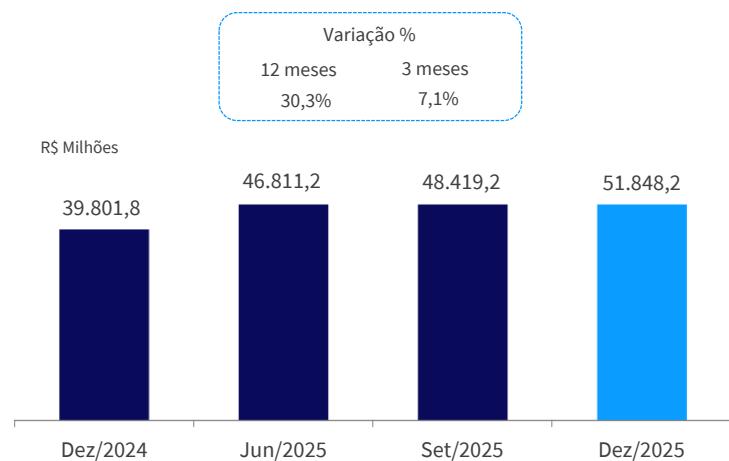
Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais, R\$1.322,5 milhões no ano de 2025 e R\$812,7 milhões no 4T2025, apresentaram elevação de 99,5% ou R\$659,7 milhões frente ao ano de 2024, de 311,6% ou R\$615,2 milhões na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024 e de 371,1% ou R\$640,2 em relação ao 3T2025, influenciada, principalmente, pela receita de reversão de outras provisões operacionais referente à contingência fiscal, em virtude da mudança de probabilidade de perda de possível para remota, detalhada na seção anterior.

As outras despesas operacionais, R\$746,4 milhões no ano de 2025 e R\$197,7 milhões no 4T2025, apresentaram redução de 19,3% ou R\$178,5 milhões em relação ao ano de 2024 e de 28,4% ou R\$78,4 milhões no comparativo entre o 4T2025 e o 4T2024, refletindo, em especial, a diminuição das despesas com descontos concedidos em renegociações e de portabilidade de operações de crédito. Frente ao 3T2025, as outras despesas operacionais do 4T2025 demonstraram elevação de 11,7% ou R\$20,8 milhões face, principalmente, ao aumento nas despesas com descontos concedidos em renegociação.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$74.667,9 milhões em dezembro de 2025. A partir de janeiro/2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria, deduzidas as obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$51.848,2 milhões em dezembro de 2025, apresentando crescimento de 30,3% ou R\$12.046,4 milhões na

comparação com dezembro de 2024 e de 7,1% ou R\$3.429,1 milhões frente a setembro de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, e aumento dos recursos em letras, em um contexto de aumento da carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$15.861,0 milhões em dezembro de 2025, apresentou crescimento de 35,4% ou R\$4.144,1 milhões frente a dezembro de 2024, trajetória influenciada principalmente pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e a retomada do recolhimento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, a partir de junho de 2025, após o período de liberação pela Resolução Bacen N° 379/2024; minimizado em parte pela redução dos depósitos voluntários, nos termos da Resolução BCB nº 129/21, e dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista. Frente a setembro de 2025, o saldo dos depósitos compulsórios demonstrou incremento de 12,6% ou R\$1.777,7 milhões, refletindo em especial a elevação dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo, depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança e dos depósitos voluntários no Bacen.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$65.028,8 milhões em dezembro de 2025, registrando aumento de 4,8% ou R\$2.969,8 milhões frente a dezembro de 2024, trajetória influenciada pelo crescimento do crédito comercial, do câmbio e do financiamento de longo prazo, minimizada pela redução do crédito rural e imobiliário. Frente a setembro de 2025, a carteira de crédito de dezembro de 2025 apresentou elevação de 1,5% ou R\$960,6 milhões face, em especial, ao incremento do câmbio, do crédito comercial e rural, impactado pela diminuição do crédito imobiliário.

Composição das Operações de Crédito - R\$ Milhões

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024	Dez2025/ Dez2024	Dez2025/ Set2025
Comercial ⁽¹⁾	39.663,7	39.294,4	37.677,8	5,3%	0,9%
Imobiliário	6.453,7	6.512,4	6.549,1	-1,5%	-0,9%
Rural	13.525,3	13.351,7	13.701,2	-1,3%	1,3%
Financiamento de Longo Prazo	2.531,8	2.529,7	2.014,8	25,7%	0,1%
Câmbio	2.854,2	2.379,8	2.116,0	34,9%	19,9%
Total	65.028,8	64.068,1	62.058,9	4,8%	1,5%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originação por meio dos correspondentes bancários.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$39.663,7 milhões em dezembro de 2025, compondo 61,0% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 72,4% e a pessoa jurídica - PJ representou 27,6% do saldo em dezembro de 2025.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024	Dez2025/ Dez2024	Dez2025/ Set2025
Pessoa Física	28.730,3	28.988,6	28.579,1	0,5%	-0,9%
Aquisição de Bens	271,5	280,2	325,5	-16,6%	-3,1%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.729,1	2.498,1	2.713,0	0,6%	9,2%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	866,4	843,4	557,7	55,3%	2,7%
Cheque Especial	682,3	714,6	568,9	19,9%	-4,5%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	275,4	265,7	127,3	116,3%	3,6%
Crédito Pessoal	3.031,5	3.148,3	2.605,9	16,3%	-3,7%
Crédito Consignado ⁽²⁾	19.461,3	20.035,0	20.882,4	-6,8%	-2,9%
Outros ⁽⁴⁾	1.412,8	1.203,3	798,3	77,0%	17,4%
Total	10.933,4	10.305,9	9.098,7	20,2%	6,1%
Pessoa Jurídica	19.930,4	18.682,7	17.579,1	6,2%	1,0%
Aquisição de Bens	199,6	211,3	244,8	-18,5%	-5,5%
Cartão de Crédito à vista e Débito	224,8	220,6	206,8	8,7%	1,9%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	40,9	40,3	30,2	35,4%	1,5%
Capital de Giro	6.564,1	6.176,7	5.999,0	9,4%	6,3%
Conta Empresarial	301,3	335,4	303,4	-0,7%	-10,2%
Conta Única ⁽³⁾	2.269,5	2.202,1	1.512,1	50,1%	3,1%
Desconto de Recebíveis	152,4	170,5	152,6	-0,1%	-10,6%
Outros ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.180,7	949,0	649,8	81,7%	24,4%
Total	39.663,7	39.294,4	37.677,8	5,3%	0,9%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, o custo de originação das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (4) Inclui Renegociação de dívidas, no valor de R\$1.392,4 milhões na pessoa física e R\$758,7 milhões na pessoa jurídica em dezembro de 2025. (5) Inclui Debêntures, no valor de R\$204,8 milhões em dezembro de 2025.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$28.730,3 milhões em dezembro de 2025, apresentando relativa estabilidade na comparação com dezembro de 2024 e setembro de 2025.

Composição do Crédito Consignado - R\$ Milhões

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024	Dez2025/ Dez2024	Dez2025/ Set2025
Rede de Agências	13.287,1	13.744,5	14.168,7	-6,2%	-3,3%
Correspondentes	6.174,2	6.290,4	6.713,7	-8,0%	-1,8%
Total	19.461,3	20.035,0	20.882,4	-6,8%	-2,9%

O crédito comercial PJ totalizou R\$10.933,4 milhões em dezembro de 2025, apresentando elevação de 20,2% ou R\$1.834,7 milhões em relação a dezembro de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nas operações de conta única, que teve início da comercialização no 2T2024, nas linhas de capital de giro e renegociação de dívidas. Na comparação com setembro de 2025, o crédito comercial PJ apresentou elevação de 6,1% ou R\$627,6 milhões face, especialmente, ao incremento nas linhas de capital de giro, operações de conta única e renegociação de dívidas.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, que totalizou R\$13.525,3 milhões em dezembro de 2025 e representa 20,8% do total de ativos de crédito, apresentou redução de 1,3% ou R\$175,9 milhões na comparação com dezembro de 2024 e elevação de 1,3% ou R\$173,6 milhões em relação a setembro de 2024.

O crédito imobiliário, R\$6.453,7 milhões em dezembro de 2025, apresentou diminuição de 1,5% ou R\$95,4 milhões em relação a dezembro de 2024 e relativa estabilidade frente a setembro de 2025. A carteira de crédito imobiliário representava 9,9% do total de operações de crédito em dezembro de 2025.

A carteira de câmbio alcançou R\$2.854,2 milhões em dezembro de 2025, com elevação de 34,9% ou R\$738,2 milhões na comparação com dezembro de 2024 e de 19,9% ou R\$474,4 milhões frente a setembro de 2025.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.531,8 milhões em dezembro de 2025, com incremento de 25,7% ou R\$517,0 milhões na comparação com dezembro de 2024 e relativa estabilidade frente a setembro de 2025.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$16.549,6 milhões em dezembro de 2025, compondo 25,4% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 50,6% estão alocados em crédito às grandes empresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 21,2% ou R\$2.893,2 milhões na comparação com dezembro de 2024, refletindo principalmente o aumento no crédito às grandes empresas. Frente a setembro de 2025, as operações de crédito aplicadas na PJ demonstraram incremento de 6,9% ou R\$1.072,5 milhões, motivado em especial pelo crescimento no crédito às grandes e médias empresas, minimizado pela redução no crédito às pequenas empresas e microempresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ Milhões

	Dez 2025			Set 2025			Dez 2024			Variação Saldo		
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Dez2025/ Dez2024	Dez2025/ Set2025	
Grandes Empresas	8.368,6	50,6%	12,9%	7.513,8	48,5%	11,7%	5.788,5	42,4%	9,3%	44,6%	11,4%	
Médias/Pequena/Micro	8.181,0	49,4%	12,6%	7.963,3	51,5%	12,4%	7.867,9	57,6%	12,7%	4,0%	2,7%	
Médias Empresas	5.113,0	30,9%	7,9%	4.826,6	31,2%	7,5%	4.559,0	33,4%	7,3%	12,2%	5,9%	
Pequenas Empresas	2.524,9	15,3%	3,9%	2.572,4	16,6%	4,0%	2.745,5	20,1%	4,4%	-8,0%	-1,8%	
Microempresas	543,0	3,3%	0,8%	564,3	3,6%	0,9%	563,4	4,1%	0,9%	-3,6%	-3,8%	
Total	16.549,6	100%	25,4%	15.477,0	100%	24,2%	13.656,4	100,0%	22,0%	21,2%	6,9%	

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas empresas até R\$400 mil, Médias empresas até R\$25 milhões, Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no ano de 2025, R\$53.960,4 milhões, apresentou redução de 3,7% ou R\$2.068,8 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2024, refletindo especialmente a diminuição do volume concedido no crédito rural, na carteira de crédito comercial pessoa física e no crédito imobiliário, compensado em parte pelo aumento no volume concedido na carteira de crédito comercial pessoa jurídica e no câmbio.

Na comparação entre o 4T2025 e o 4T2024, demonstrou diminuição de 22,7% ou R\$3.910,0 milhões face, principalmente, à redução do volume concedido no crédito rural, na carteira de crédito comercial pessoa

física e no financiamento de longo prazo, compensado em parte pelo aumento no volume concedido na carteira de crédito comercial pessoa jurídica e câmbio.

Frente ao 3T2025, o volume concedido em crédito do 4T2025 apresentou redução de 5,6% ou R\$785,2 milhões, impactada em especial pela diminuição do volume concedido no crédito rural e na carteira de crédito comercial pessoa física, compensada em parte pelo incremento no volume concedido no câmbio e no crédito comercial pessoa jurídica.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ Milhões

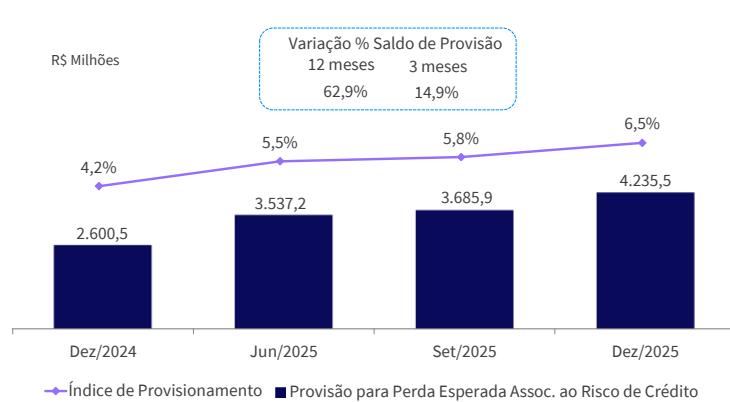
	2025	2024	4T2025	3T2025	4T2024	2025/2024	4T2025/4T2024	4T2025/3T2025
Câmbio	3.352,9	2.606,1	994,2	685,7	836,7	28,7%	18,8%	45,0%
Comercial ⁽¹⁾	44.201,7	42.468,7	11.276,0	11.564,0	12.386,8	4,1%	-9,0%	-2,5%
Pessoa Física	26.014,3	28.245,1	6.562,4	6.996,1	7.891,0	-7,9%	-16,8%	-6,2%
Pessoa Jurídica	18.187,3	14.223,6	4.713,6	4.567,8	4.495,9	27,9%	4,8%	3,2%
Financiamento de Longo Prazo	584,7	849,9	80,4	123,6	431,6	-31,2%	-81,4%	-35,0%
Imobiliário	704,1	1.349,7	160,3	158,1	376,1	-47,8%	-57,4%	1,4%
Rural	5.117,0	8.754,7	785,2	1.549,9	3.174,9	-41,6%	-75,3%	-49,3%
Total	53.960,4	56.029,2	13.296,1	14.081,3	17.206,1	-3,7%	-22,7%	-5,6%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

Até o ano de 2024, o modelo de provisão para perdas esperadas de operações de crédito obedecia a classificação por ratings de “AA” até “H” instituída pela Resolução CMN nº 2.682/99, e a baixa a prejuízo ocorria após 6 meses da classificação em nível H por atraso. A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21, que substitui o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura. Itens apresentados a seguir:

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito



montante integral de R\$257,0 milhões referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, atualmente depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos.

O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$4.235,5 milhões em dezembro de 2025, com crescimento de 62,9% ou R\$1.635,0 milhões na comparação com dezembro de 2024 e de 14,9% ou R\$549,6 milhões frente a setembro de 2025, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21 e impactado também pela constituição de provisão para perda esperada no

Composição da Carteira de Crédito por Estágios

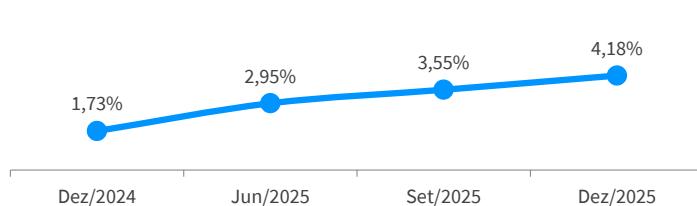
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ Milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	60.415,7	901,5
Estágio 2	636,7	137,6
Estágio 3	3.976,4	2.775,0
Total	65.028,8	3.814,2

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

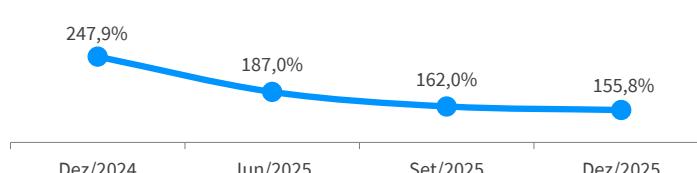
As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não possuem parcelas vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, representam 92,9% da carteira de crédito em dezembro de 2025.

Índice de Inadimplência



em doze meses e de 0,63 pp. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias alcançou R\$2.718,0 milhões em dezembro de 2025, com crescimento de 153,5% ou R\$1.646,0 milhões na comparação com dezembro de 2024 e de 19,5% ou R\$442,6 milhões em relação a setembro de 2025.

Índice de Cobertura



a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de dezembro de 2025, 155,8%, apresentou redução de 92,1 pp. em relação a dezembro de 2024 e de 6,2 pp. frente a setembro de 2025, em um movimento de crescimento do saldo de operações de crédito em atraso em maior proporção que o aumento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$133.495,1 milhões em dezembro de 2025, com crescimento de 15,0% ou R\$17.365,8 milhões em doze meses, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, dos recursos em letras e dos recursos administrados, minimizado pela redução da dívida subordinada. Em relação a setembro de 2025, os recursos captados e administrados de dezembro de 2025 demonstraram elevação de 4,5% ou R\$5.705,7 milhões, refletindo em especial o aumento dos depósitos, principalmente os depósitos a prazo e depósitos judiciais e administrativos, e dos recursos administrados.

O Banco oferece produtos prefixados e pós-fixados para os clientes, dentro dessas modalidades de produtos, 70,9% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de dezembro de 2025, 4,18% das operações de crédito, apresentou elevação de 2,45 pp.

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo substituído pela Resolução CMN nº 4.966/21, e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias, evidenciando

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ Milhões

	Dez 2025	Set 2025	Dez 2024	Dez2025/ Dez2024	Dez2025/ Set2025
Depósitos	100.557,9	95.582,2	88.194,9	14,0%	5,2%
Depósitos à Vista	4.296,5	2.756,1	4.387,0	-2,1%	55,9%
Depósitos de Poupança	10.927,2	10.987,7	11.402,3	-4,2%	-0,5%
Depósitos Interfinanceiros	2.361,0	2.471,0	1.697,1	39,1%	-4,5%
Depósitos a Prazo	71.826,9	69.418,5	62.213,9	15,5%	3,5%
Depósitos Judiciais e Administrativos	10.853,4	9.700,4	8.221,1	32,0%	11,9%
Outros Depósitos	292,8	248,5	273,4	7,1%	17,8%
Recursos em Letras	10.152,4	10.002,1	7.358,3	38,0%	1,5%
Letras Financeiras ⁽¹⁾	7.214,1	4.672,6	1.547,8	366,1%	54,4%
Letras de Crédito Imobiliário	2.475,8	3.112,0	2.580,6	-4,1%	-20,4%
Letras de Crédito do Agronegócio	462,5	2.217,5	3.229,8	-85,7%	-79,1%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.689,4	1.607,7	1.880,7	-10,2%	5,1%
Total Recursos Captados	112.399,7	107.191,9	97.433,9	15,4%	4,9%
Recursos Administrados	21.095,3	20.597,5	18.695,4	12,8%	2,4%
Total Recursos Captados e Admin.	133.495,1	127.789,4	116.129,2	15,0%	4,5%

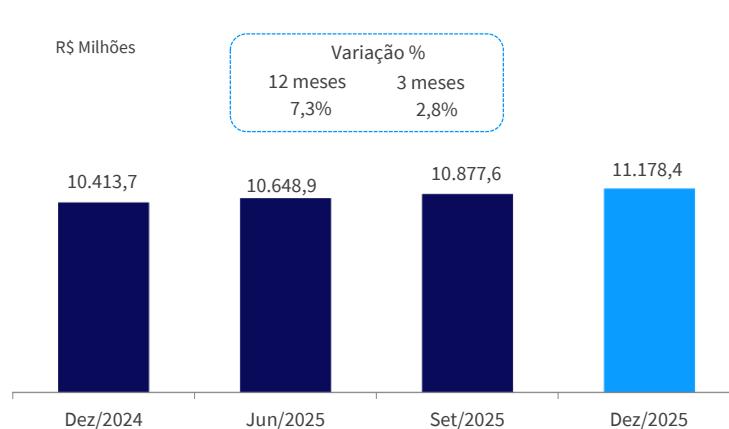
(1) Inclui Letras Financeiras Subordinadas. (2) Refere-se à captação externa subordinada.

Depósitos - os depósitos de dezembro de 2025 apresentaram crescimento de 14,0% ou R\$12.363,0 milhões frente a dezembro de 2024, influenciados principalmente pela ampliação dos depósitos a prazo e dos depósitos judiciais e administrativos. Na comparação com setembro de 2025, demonstraram elevação de 5,2% ou R\$4.975,8 milhões, refletindo, em especial, o aumento dos depósitos a prazo, dos depósitos à vista e dos depósitos judiciais e administrativos. Os depósitos a prazo, R\$71.826,9 milhões em dezembro de 2025, representam 63,9% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras - os recursos em letras de dezembro de 2025 apresentaram aumento de 38,0% ou R\$2.794,1 milhões em doze meses e de 1,5% ou R\$150,3 milhões na comparação com setembro de 2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento do saldo das letras financeiras, minimizado pela redução no saldo das letras de crédito do agronegócio e crédito imobiliário. O Banrisul realizou novas emissões de Letras Financeiras Subordinadas Nível II- LFSN, autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência do Banrisul, com prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão, no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025 e de R\$850,0 milhões no 4T2025.

Dívida Subordinada - a dívida subordinada de dezembro de 2025 apresentou redução de 10,2% ou R\$191,3 milhões em doze meses e elevação de 5,1% ou R\$81,7 milhões frente a setembro de 2025, refletindo, principalmente, a variação cambial e marcação a mercado ocorrida nos períodos.

Patrimônio Líquido



constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$11.178,4 milhões ao final de dezembro de 2025, com crescimento de 7,3% ou R\$764,7 milhões em relação a dezembro de 2024 e de 2,8% ou R\$300,8 milhões frente a setembro de 2025, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou dezembro de 2025 em R\$14.405,8 milhões, contra R\$11.564,6 milhões em dezembro de 2024 e R\$13.052,4 milhões em setembro de 2025. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$10.303,4 milhões, e do Capital de Nível II, R\$4.102,4 milhões. A variação do PR foi de R\$2.841,3 milhões e R\$1.353,4 milhões, no comparativo com dezembro de 2024 e setembro de 2025, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu 19,5%, 9,0 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 14,0%, sendo, respectivamente, 7,0 pp. e 5,5 pp. acima do mínimo regulatório. Em relação a dezembro de 2024, o IB aumentou 2,3 pp. e 1,7 pp. na comparação com setembro de 2025. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Dez2025 x Dez2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
2.841,3	902,9	(32,2)	119,0	156,8	1.799,9	(105,2)
Variação PR Dez2025 x Set2025	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.353,4	245,4	1,4	0,0	54,3	998,0	(6,0)

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em setembro de 2025 (última data base divulgada pelo Bacen) a 12^a posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 14^a posição em patrimônio líquido, 12^a posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6^a em número de agências, conforme ranking divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.

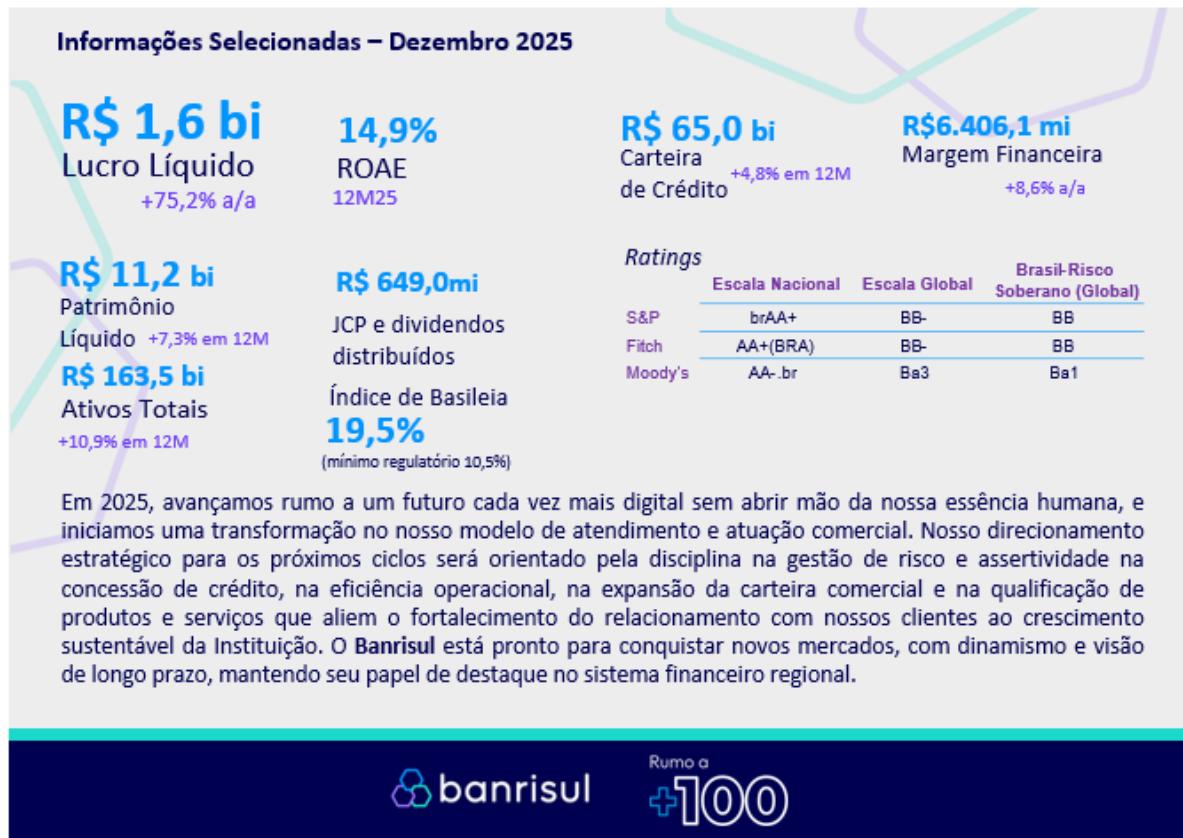
Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez 2025	Dez 2024	Set 2025	Set 2024
Depósitos à Vista	1,2859%	1,1880%	23,2641%	27,2557%
Depósitos de Poupança	1,0640%	1,1006%	11,8373%	11,9778%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,1720%	2,3320%	44,9585%	44,8365%
Operações de Crédito	0,9128%	0,9600%	19,2987%	18,9524%
Nº de Agências	3,3492%	3,1043%	34,6908%	34,3545%

(1) Data base: setembro 2025 e setembro 2024; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao quarto trimestre e ao ano de 2025, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).



Cenário Econômico

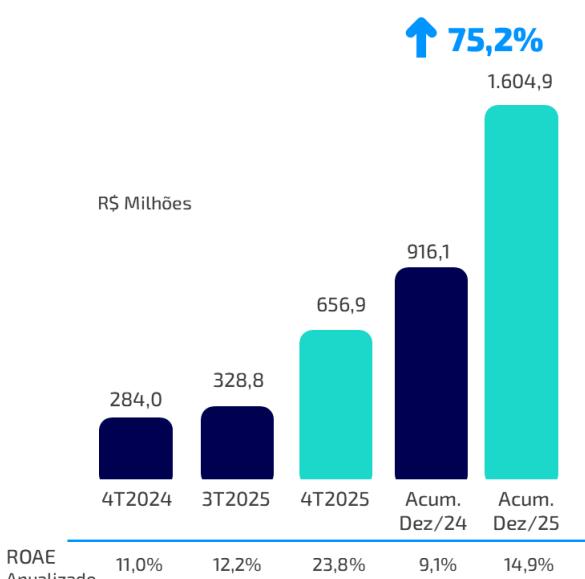
O ano de 2025 começou repleto de incertezas e riscos no cenário internacional, especialmente diante da imposição de tarifas de importação pelo governo dos Estados Unidos (EUA) e por conflitos geopolíticos relevantes. Contudo, a inflação manteve-se sob controle nas principais economias, oferecendo espaço para políticas monetárias menos restritivas. A Argentina, mesmo diante de desafios, deve exibir um crescimento estimado de 4,0%, favorecendo a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul (RS). No Brasil, a atividade econômica desacelerou gradualmente, mantendo a taxa básica de juros (Selic) em patamar restritivo de 15,0% ao ano. A despeito da elevada taxa de juros, o PIB do 3T2025 apresentou crescimento de 1,8% ante o mesmo período de 2024, embora com gradativa desaceleração na comparação com o 2T2025. O setor agropecuário se destacou com alta de 10,1%, e o setor industrial apontou expansão de 1,7% ante o mesmo trimestre de 2024. Já o setor de serviços cresceu em menor ritmo, 1,3%, refletindo o impacto dos juros altos. A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,5% em 12 meses até novembro/2025.

No RS, por sua vez, os dados do PIB do terceiro trimestre de 2025, divulgados pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do governo do Estado, apontaram uma expansão de 2,5% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para a retomada do setor agropecuário que cresceu 5,3%, apesar do impacto da estiagem. A indústria gaúcha se expandiu 3,7%, com destaque para a de transformação, e o setor de serviços apresentou ligeiro crescimento de 0,7%, com quedas importantes em vendas de veículos, de material de construção e de móveis e eletrodomésticos.

O mercado de crédito do RS voltou a exibir ritmo de expansão maior do que o nacional, com uma variação interanual de 10,8% em novembro/2025, ante um crescimento de 9,5% no Brasil, refletindo principalmente o forte incremento nas concessões às empresas, que avançaram 12,2%, e às famílias que avançaram 10,0%. Apesar da expansão, a taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 4,1%, superando a média nacional de 3,8% até novembro/2025.

Desempenho Consolidado

O **lucro líquido** em 2025 alcançou **R\$1,6 bilhão**, 75,2% ou R\$ 688,8 milhões maior que o registrado em 2024. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, o resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais e o aumento das receitas de prestação de serviços. O resultado do ano foi minimizado pelo aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, das despesas administrativas e das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como pelo consequente efeito tributário.



O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.178,4 milhões no final de dezembro/2025, 7,3% superior a dezembro/2024 refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e o provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN). No mesmo período, o **total em ativos** aumentou 10,9% em relação a dezembro/2024, alcançando R\$163.470,1 milhões, e as aplicações em tesouraria totalizaram R\$74.667,9 milhões, 20,4% superiores a dezembro de 2024.

Ativos Totais **R\$163,5 bi**



Produtos e Serviços



Em 2025 a base estratégica de nossas iniciativas para expansão foi o **segmento empresarial**. Implementamos um novo conceito de atendimento voltado para clientes pessoa jurídica (PJ), com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, visando a construção de relacionamentos de longo prazo e assertividade na concessão de crédito.

Desenvolvemos e aprimoramos um portfólio completo de soluções em contas a receber e a pagar para a gestão integrada do fluxo de caixa das empresas, como a **API Pix Banrisul**, que já conta com mais de duas mil empresas integradas, e a **API Portal Gestão de Cobranças** - ferramentas que conectam as plataformas dos clientes PJ às nossas soluções de gestão e controle de recebimentos e pagamentos. No mesmo período lançamos novas modalidades de capital de giro para empresas de todos os portes, multigarantias e com pagamento flexível (parcela única ou parcelado). Nossos clientes também contam com soluções de venda e antecipação de recebíveis Vero, cartão Banricompras Empresas com prazos de pagamento flexíveis e parametrizáveis, produtos para capital de giro rotativo (Conta Única) e para folha de pagamento.



No 4T2025 assinamos convênios relevantes de folhas de pagamento junto a clientes do segmento Corporate com alta empregabilidade, que geraram mais de 30 mil novas contas de clientes pessoas físicas.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$65.016,9 milhões em dezembro de 2025, com alta de 4,8% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo de crédito comercial, câmbio e longo prazo. O crédito comercial, a maior carteira, totalizou R\$39.663,7 milhões e corresponde a 61,0% do total de operações de crédito.

Carteira de Crédito R\$65,0 bi



Ao longo de 2025 desenvolvemos e implementamos soluções e avanços digitais importantes e reabrimos linhas sazonais, mantendo o olhar atento ao mercado sem perder a centralidade do cliente. Aprimoramos os serviços digitais para a contratação de crédito pessoa física e jurídica, incluindo a assinatura eletrônica para contratação diretamente pelo app.

No segmento **pessoa física** reabrimos modalidades de crédito para a educação e, acompanhando o mercado, operamos com as linhas de consignado CLT pelos canais presenciais e digitais, ampliando nossa atuação no segmento de consignado. O saldo nas modalidades de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado tiveram incremento importante em 2025. No segmento **pessoa jurídica**, a Conta Única (limite de crédito rotativo e recorrente lançado em abril/2024) manteve o protagonismo no portfólio comercial e chegou ao saldo de R\$2.269,5 milhões em dezembro/2025 com crescimento de 50,1% em 12 meses, e as linhas de financiamento de longo prazo e capital de giro se destacaram com avanços relevantes.



Aprimoramos a gestão de riscos e a qualidade dos nossos ativos de crédito através de iniciativas e esforços que transformaram e impulsionaram a recuperação de crédito, dentre elas:



- Soluções digitais de renegociação para maior autonomia dos clientes.
- Ampliação dos canais de negociação, garantindo conveniência e acessibilidade.
- Intensificação da governança e fortalecimento da equipe de vendas.
- Olhar atento para clientes com indícios de redução na capacidade de pagamento, adequando o mix de produtos e as concessões via app.

A funcionalidade **Finanças em Dia**, solução digital de renegociação de dívidas disponibilizada no Aplicativo Banrisul no primeiro semestre de 2025, se consolidou como um importante canal complementar para assegurar a sustentabilidade da carteira, permitindo ao cliente renegociar suas dívidas de forma rápida, prática e segura, sem necessidade de deslocamento a uma agência do Banco.

Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, cresceu 15,0% em 2025 e alcançou R\$133.495,1 milhões. Dos recursos captados, 29,7% são operações prefixadas, que em 2025 cresceram 41,5%, com acréscimos de R\$2.686 milhões nos CDBs e de R\$1.130 milhões nas Letras Financeiras. Os depósitos, principal instrumento de captação, cresceram R\$12.363,0 milhões em 2025 (+14,0%) e representam 89,5% dos recursos captados.

Em 2025 emitimos Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025, e R\$850,0 milhões no 4T2025, instrumentos estratégicos voltados ao fortalecimento da estrutura de capital. Nesse mesmo ano investimos na ampliação e diversificação das fontes de captação e no fortalecimento da base de investidores, aliando tecnologia e conveniência às necessidades do mercado.

Aprimoramos a experiência do investidor nos canais digitais através da evolução da jornada de investimentos via app, que passou a oferecer uma experiência mais simples, intuitiva e alinhada aos objetivos dos clientes, e do lançamento do novo site institucional, redesenhado com interface renovada, organizado por perfis e focado em soluções financeiras. Como resultado, a captação via aplicativo cresceu 31,0% no volume contratado e 30,0% no número de clientes que realizaram sua primeira aplicação pelo app.



No 4T2025, anunciamos um novo posicionamento estratégico na administração e gestão de fundos de investimento de renda fixa e variável com a criação da marca **Banrisul Asset**, com foco na visão estratégica e abordagem orientada por dados, análises e inteligência de mercado, aliando desempenho e segurança aos investidores.

Soluções em Câmbio

Em 2025, reforçando nosso compromisso em apoiar a forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul, expandimos nossa atuação comercial no segmento de câmbio, primando sempre pela saúde da carteira através da gestão criteriosa, do atendimento personalizado e do profundo conhecimento dos negócios dos nossos clientes. Ampliamos a oferta de soluções cambiais com a inclusão do Renminbi (CNY) como moeda para a liquidação de operações de importação e exportação, atendendo à crescente demanda de empresas que mantêm relações comerciais com a China. Como resultado nossa carteira cresceu 34,9%, passando de R\$2,1 bilhões em dezembro/2024 para R\$2,9 bilhões ao final de dezembro/2025, impulsionada pela intensificação da atuação comercial e pelo aumento significativo das operações de câmbio pronto, mantendo baixíssimo índice de inadimplência.



Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de dezembro de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$882,1 milhões no ano de 2025.

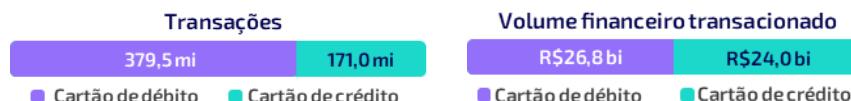
Cartões de Crédito	Banricompras	Banricard
106,1 milhões de transações	R\$10,7 bilhões faturamento	143,6 milhões de transações

Ao longo de 2025, importantes lançamentos e parcerias estratégicas reforçaram nosso relacionamento com os clientes, impulsionando a fidelização e proporcionando conveniência, ampliação de benefícios e vantagens exclusivas, tais como:

- Suporte completo às carteiras digitais Apple Pay e Google Pay, permitindo que os clientes utilizem seus cartões de crédito Banrisul Mastercard diretamente pelo seu smartphone IOS ou Android.
- Promoções com recompensas reais e atrativas.
- Concessão de descontos na compra de ingressos com cartões Banrisul Mastercard, Visa e Banricompras, para shows e espetáculos em quatro casas de eventos do Estado.
- Tag Veicular Banrisul, em parceria com a Velo, com mensalidade grátis.
- No Banriclube, ampliamos os benefícios com programas de vantagens de linhas aéreas, e lançamos a funcionalidade “Crédito em Fatura”, que permite aos clientes pessoa física converterem seus pontos em valores creditados diretamente na fatura.
- No Banricompras Empresas disponibilizamos uma solução de pagamento para pessoas jurídicas, com limites para compras pré-datadas e parceladas, diferenciando-se pelos prazos flexíveis e parametrizáveis.
- Habilitamos o extrato do Banricompras detalhado no app, que confere maior autonomia e gestão de gastos.

Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou 2025 com 150,7 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses, posição 5,9% superior ao ano anterior. No período, foram capturadas 550,5 milhões de transações, atingindo um volume financeiro transacionado de R\$50,8 bilhões.



O volume de antecipação de recebíveis totalizou R\$10,2 bilhões em 2025, equivalente a 39,4% do volume passível de antecipação, um incremento de 7,9% em relação ao ano anterior.

Mais do que soluções de pagamento, a Vero oferece ferramentas de gestão, de controle e de crescimento para o negócio. Em 2025 lançamos o **App Vero Gestão**, que agrega valor às soluções Vero, sendo um diferencial competitivo que coloca o controle do negócio nas mãos do empreendedor.



Aplicativo Vero Gestão

- ✓ Gestão de vendas em tempo real.
- ✓ Antecipação de recebíveis.
- ✓ Gráficos e relatórios inteligentes.
- ✓ Venda à distância.
- ✓ Gestão de pagamentos recorrentes.
- ✓ Simulação de vendas.

Também lançamos a plataforma **Banrisul Ofertas**, uma conexão entre os credenciados Vero e os correntistas Banrisul para os estabelecimentos cadastrarem promoções disponíveis aos clientes no app.

Consórcio

A Banrisul Consórcios oferece soluções completas para a aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola e veículos pesados, com atendimento presencial e digital para simulação, contratação e gestão das cotas, proporcionando praticidade, segurança e autonomia aos consorciados. Em 2025 foram contempladas mais de 11,3 mil cotas nas modalidades de veículos e imóveis.

Ao longo de 2025 lançamos dois novos grupos com perfil diferenciado: o **Clube do Milhão**, voltado para a aquisição de imóveis para clientes de alta renda e perfil investidor; e o **Clube dos Gigantes**, para a aquisição de veículos pesados, máquinas e implementos agrícolas e carros de alto padrão. A partir de uma estratégia comercial planejada, as campanhas tiveram excelente adesão entre clientes que buscam segurança e valorização patrimonial, reforçando nosso protagonismo no setor de consórcio como alternativa de investimento.



Seguridade

Nosso segmento de seguros e previdência privada possui produtos pensados para assegurar o futuro e a tranquilidade de nossos clientes e seus familiares. Em 2025, mantivemos iniciativas voltadas às soluções digitais, melhoria da experiência do cliente e fortalecimento da força de vendas. Ampliamos as funcionalidades via aplicativo, incluindo a contratação digital e novas opções de pagamento via Pix e cartão de crédito, e desenvolvemos ferramentas comerciais para apoiar nossos colaboradores na geração de novos negócios.

2,3 milhões
contratos
ativos

Arrecadação de prêmios de seguros, contribuições
de previdência e títulos de capitalização em 2025
R\$2,5 bilhões

Receitas Totais
R\$397,9 milhões

Comissões de Corretagem
R\$311,9 mi
+6,1% em 12M

Relacionamento com o Cliente



458 no Rio Grande do Sul
15 em Santa Catarina
4 em outros Estados

356 Pontos de Atendimento Eletrônico – PAEs
113 Postos de Atendimento – PAs
952 Banripoints

Em 2025 evoluímos significativamente o nosso modelo de atendimento ao cliente com a criação de espaços especializados para empresas e novas agências com conceito totalmente renovado. Os novos espaços **Banrisul Empresas** e **Banrisul Corporate** foram projetados para atender as demandas específicas dos clientes, e reúnem um time com ampla expertise em soluções financeiras empresariais, com foco na qualificação do relacionamento e maior agilidade nos processos. Avançamos também na estratégia de eficiência operacional e otimização de agências, considerando critérios como sobreposição de atendimento e oportunidades de ganho de escala.



No 4T2025, inauguramos um **novo modelo de atendimento em agências** com ambientes mais eficientes, acessíveis e preparados para o futuro do atendimento bancário, integrando tecnologia, proximidade e humanização. As novas agências priorizam o atendimento “phygital”, que combina interação humana qualificada com soluções tecnológicas, e contam com espaços compartilhados e pensados para incentivar conexões e proporcionar bem-estar aos clientes.

Entre as novidades desse modelo, **novos caixas eletrônicos recicladores (ATMs Recicladores)**, que eliminam o uso de envelopes e reutilizam as cédulas depositadas, possibilitam saques e depósitos online, além de transações internacionais por meio das redes Visa e Mastercard **para clientes de mais de 150**

bancos conectados com a rede Banco24Horas. A tecnologia reduz filas, aprimora a experiência de atendimento e amplia a oferta de serviços para todas as pessoas, clientes ou não, impulsionando a geração de receitas recorrentes com serviços.

Até o final de 2025 foram instalados **852 ATMs Recicladores** em estabelecimentos comerciais e agências de várias cidades do RS. Em 2026 serão 1.000 equipamentos ao todo.

+4,7 milhões de transações

80,6% clientes Banrisul

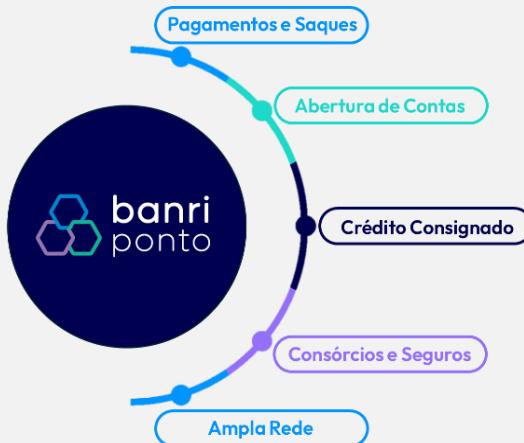
19,4% outras IF





Também no 4T2025, lançamos a **BanriWay**: primeira conta digital para crianças e jovens, com controle parental integrado, segurança e funcionalidades modernas, além de produtos voltados à educação financeira, tendo como público alvo jovens entre 10 a 16 anos residentes no Rio Grande do Sul. Com ela, buscamos a renovação da nossa base de clientes conectando famílias ao Banrisul desde cedo, reforçando nosso posicionamento como banco moderno e próximo das pessoas.

Nossa rede de atendimento é complementada por uma ampla estrutura de correspondentes **Banripontos**, presentes em 70,0% dos municípios do RS e que se consolidaram como um dos principais canais adicionais de negócios e atendimento, contribuindo para a inclusão financeira e para a ampliação da nossa capilaridade. Em 2025, iniciamos uma transformação do modelo dos Banripontos, até então majoritariamente transacional, para um canal de negócios mais completo que oferece soluções de crédito, seguros, consórcios e serviços digitais de forma integrada, ágil e eficiente, além de ampliar nossa presença na maioria dos municípios do Estado.



Canais Digitais

Contamos com os canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul, além do Office e do Home Banking, acessíveis via web.



Em 2025 o App Banrisul foi totalmente redesenhado para refletir as necessidades reais dos clientes e oferecer uma experiência de uso mais intuitiva, acessível e segura. As principais melhorias foram: maior destaque nas informações centrais da conta, espaço para produtos estratégicos e atalhos para tarefas do dia a dia. O extrato da conta corrente passou a oferecer acesso direto aos comprovantes de movimentações financeiras, em uma experiência mais completa e integrada das informações. O novo menu **Finanças em Dia**, que categoriza despesas e permite definir orçamentos mensais, complementa a experiência do cliente no centro da sua vida financeira, contribuindo também para a redução da inadimplência, uma vez que o menu direciona o usuário para a renegociação dos seus débitos. Também neste ano, nossos clientes passaram a contar com a possibilidade de amortização e quitação de contratos de financiamento imobiliário com recursos próprios diretamente no app.

Na jornada Pix, em 2025 expandimos a disponibilidade para o *home banking* e habilitamos pagamentos para chaves internacionais. O produto Pix Automático foi integrado às nossas soluções API (Interface de Programação de Aplicações) para as empresas incorporarem a cobrança recorrente aos seus sistemas de gestão. No 4T2025, recebedores pessoa jurídica conveniados ao Pix Automático passaram a contar com a opção de enviar solicitação de autorização de débito ao pagador através de *qr code*, via Office Banking ou App Banrisul. No mesmo período, nossos clientes passaram a contar com a funcionalidade de **Contestação Pix** no app, reforçando nosso compromisso com a segurança e a proteção de dados, oferecendo mais agilidade e eficiência no combate a fraudes.



Governança Corporativa



Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de seus métodos, políticas e processos decisórios, em alinhamento às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas, contribuindo para a geração de valor aos acionistas, fortalecendo assim nossa credibilidade junto a investidores e clientes. Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Governança Corporativa).

Estrutura Acionária

Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 146 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25,0%, respectivamente.



Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio e, historicamente, a remuneração aos acionistas com pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Dividendos supera o mínimo legalmente exigido. Em 2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$649,0 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando nossas informações financeiras, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailling](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

Anualmente revisamos nossa Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, que está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito:

Risco de Crédito	Melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada – RWA_{CPAD} .
Risco de Mercado	Os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.
Risco de Liquidez	Os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
Risco Operacional	A mensuração da parcela RWA_{OPAD} , já consolidada nos modelos e processos internos, apresentou comportamento estável no período, em conformidade com as normas vigentes e sem necessidade de ajustes na metodologia.
Riscos ESG	Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

Investimento e Inovação

Ao longo de 2025 avançamos muito no aprimoramento de vários processos de tecnologia da informação (TI), principalmente em ferramentas de colaboração e soluções de alta disponibilidade, projetos que foram desenvolvidos com foco na modernização e otimização das estruturas tecnológicas que sustentam os nossos processos operacionais e de atendimento, sempre com o cliente no centro das decisões.

Estratégia Digital	Lançamento do novo Portal do Desenvolvedor Banrisul e iniciativas de <i>Banking as a Service</i> (BaaS), consolidando o Banrisul como provedor de soluções financeiras completas via APIs.
	Novo App Banrisul e novo extrato, totalmente reformulados, com interface mais moderna e intuitiva.
	Plataforma Vero Gestão Web - centralizando informações operacionais e financeiras para o credenciado.
	Melhorias para clientes PJ, incluindo novo menu de empréstimos e ajustes de limites.
	Melhorias na área Pix ampliando a usabilidade e aprimorando as informações exibidas no extrato.
	Lançamento do BanriWay: conta digital com controle parental para menores de idade.
Relacionamento com o cliente	Evolução e aprimoramento do Pix, incluindo funcionalidades como Contests Pix em conformidade com o Mecanismo Especial de Devolução (MED), Pix Automático, PIX Saque e Parcelamento Pix.
	Integração com as carteiras digitais Apple Pay e Google Pay.
	Integração com a Carteira de Trabalho Digital para oferta de crédito consignado CLT.
	Assinatura eletrônica para contratos, abertura de contas, pedidos de cartão, contratação de CDB Automático e definição de limites, tornando o atendimento mais ágil e padronizado.
Modernização e Eficiência Operacional	Certificação Funcional Server para FIDO2 (<i>Fast Identity Online 2</i>): evolução dos sistemas de autenticação online para proteção de dados e acesso.
	Migração de 7.800 usuários para a plataforma colaborativa M365.
	Agência do Futuro: aumento da velocidade dos links de comunicação; virtualização de servidores; fortalecimento da segurança da informação.
	<i>Artificial Intelligence for IT Operations</i> (AIOPS), para maior disponibilidade e performance dos serviços de TI que sustentam os negócios do Banco.
	Nova solução de extratos históricos, gerando economia de custos e receitas com tarifação automatizada.
	Automação no sistema de resfriamento do Data Center Zona Sul para maior eficiência energética e segurança dos equipamentos.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$401,2 milhões

em 2025, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI (hardware e software), segurança patrimonial e reformas de agências.

Banritech

Em 2025, o Programa de Aceleração de Startups Banritech Fly foi redesenhado para alinhar-se aos desafios reais da Instituição. O novo ciclo foi lançado oficialmente em julho, totalmente embasado no Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), garantindo segurança jurídica e padronização para futuras contratações. Com divulgação ativa para centenas de *hubs* de inovação de todo o país, obteve alcance em importantes canais de inovação e recebeu inscrições de startups de 7 Estados do Brasil, sendo 8 selecionadas para seguirem no ciclo de aceleração que contemplou 6 desafios propostos em edital: Gestão de Imóveis, Performance Interna, Programa de Fidelidade, Inteligência de Mercado, Agregador Financeiro PJ e Garantia Tokenizada. Durante o 4T2025, as startups selecionadas receberam mentorias especializadas, workshops e acompanhamento próximo das áreas de negócio do Banrisul, com participação ativa de especialistas internos, que contribuíram para alinhar as soluções às necessidades reais do Banco. O ciclo foi concluído com o *Pitch Day*, momento em que as startups apresentaram suas soluções para os desafios propostos.

O Banritech Fly é mais do que um programa de aceleração: é um movimento estratégico para garantir que o Banrisul esteja preparado para liderar as mudanças que redefinem o setor financeiro.

Sustentabilidade

Consolidando nosso compromisso com as melhores práticas do mercado financeiro, conquistamos, no último trimestre de 2025, o selo Socioambiental de autorregulação da FEBRABAN. Ao longo de 2025:

- Revisamos nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.
- Definimos a Carteira de Produtos Sustentáveis.
- Avançamos no cálculo das Emissões Financiadas e preço interno de carbono.
- Firmamos parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, com a organização Coalizão pelo Impacto e com o Fundo Regenera RS, para lançar o Programa Impacta RS, apoiando negócios voltados à reconstrução do Estado após os desastres climáticos.
- Finalizamos a elaboração do *Sustainable Finance Framework*.

Ainda em relação à pauta climática, avançamos na migração do consumo de energia elétrica para fontes renováveis, com a contratação de duas usinas de energia fotovoltaica, o que contribui para diminuir nossas emissões de gases de efeito estufa.

Pessoas

Nossa política de recursos humanos é pautada na transparência e no respeito às singularidades. Valorizamos nosso capital humano através de políticas estruturadas de gestão de pessoas, educação corporativa e inclusão.

Em 2025 implementamos a **Reestruturação de Funções** na rede de agências e nas áreas administrativas, construída juntamente com as bases sindicais de modo a preservar salários e sustentar uma transição segura para todas as partes envolvidas. Essa reestruturação, além de alinhar os modelos de progressão de carreira e de remuneração às práticas de mercado, também garantiu segurança jurídica nas relações de trabalho por ela abarcadas, mitigando impasses frente a passivos trabalhistas.



O **Programa Banrisul Nosso Jeito** é uma alavancas estratégica para a qualificação da liderança e o fortalecimento das competências essenciais de todo o nosso quadro funcional. A iniciativa promove jornadas de desenvolvimento profissional em âmbito técnico e comportamental para todas as funções, garantindo que

nossas equipes estejam preparadas para suportar a transformação do negócio, com eficiência operacional e sustentabilidade da Organização no longo prazo.

No escopo da diversidade e acessibilidade, contamos com 1.335 colaboradores habilitados em Libras, treinados e capacitados através de cursos proporcionados pela Instituição. Periodicamente, promovemos ações voltadas à conscientização sobre o autismo, cultura negra, orgulho LGBTQIAP+, promoção da diversidade, equidade, inclusão e combate ao assédio, como a realização de workshops e oficinas temáticas voltados ao entendimento das diversas formas de discriminação.

No 4T2025 foram admitidos 146 novos funcionários, garantindo a reposição de colaboradores aposentados. Também foram treinados 244 novos Gerentes de Relacionamento, com a primeira edição do Programa de Formação pós reestruturação de funções.

Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, como o Projeto Pescar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal, voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; e iniciativas de educação financeira por meio da plataforma Banrieduca, com ações presenciais em escolas, universidades e empresas através dos nossos multiplicadores.



 Em 2025 anunciamos a criação do Banrisul Cultural, um braço institucional dedicado exclusivamente ao fomento, apoio e difusão de projetos culturais e sociais em todo o Estado. A iniciativa tem como objetivo apoiar projetos que promovam inclusão, preservação do patrimônio histórico e valorização da diversidade artística, buscando sempre apoiar aqueles que têm capacidade de retornar valor à sociedade. A criação do Banrisul Cultural foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do RS em setembro/2025, e no 4T2025 as empresas do grupo Banrisul efetivaram os primeiros aportes.

Reconhecimentos

- JAN** **Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.**
- MAR** **Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.**
Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.
- ABR** **Moodys eleva o rating do Banrisul para AA-.br.**
Banrisul conquista o Prêmio ESARH – Doralício Siqueira 2025, um dos prêmios mais importantes em gestão de pessoas do País.
- MAI** **Banrisul é destaque na 35ª edição do prêmio Top of Mind RS e reforça conexão com os gaúchos.**
Banrisul é destaque como um dos três agentes financeiros que mais concederam crédito na reconstrução do Estado, devido aos eventos climáticos de 2024, durante a 4ª edição do Evento de Reconhecimento dos Agentes Financeiros, realizada em São Paulo.

AGO

Fitch confirma ratings do Banrisul em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável.

Banrisul recebe homenagem pelo patrocínio à programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto.

SET

Presidente do Banrisul é homenageado com o 26º Troféu Guri.

Diretor do Banrisul é homenageado com o Prêmio Ceres na 48ª edição da Expainter.

Banrisul alcança classificação verde inédita na auditoria de autorregulação da Febraban.

Banrisul está entre as 100 maiores empresas do Brasil do ranking EXAME MELHORES E MAIORES 2025, da revista Exame.

Banrisul é um dos 20 maiores bancos do País no ranking Valor 1000, edição de 2025, elaborado pelo jornal Valor Econômico.

OUT

Banrisul conquista terceira posição no ranking de curto prazo da Taxa Selic no Relatório Focus.

O Banrisul obteve destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), conquistando a terceira posição na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, dentre 170 instituições financeiras, acadêmicas e consultorias.

Banrisul é a segunda maior empresa do Estado.

No ranking 500 Maiores do Sul – Grandes e Líderes 2025, elaborado pelo Grupo Amanhã e a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC Brasil), o Banrisul conquistou a segunda posição entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul e o nono lugar entre as 500 maiores da Região Sul.

Banrisul é vencedor do Top de Marketing ADVB/RS 2025 na categoria Branding.

O Banrisul foi vencedor do Top de Marketing ADVB/RS 2025, na categoria Branding, durante a 42ª edição da mais tradicional premiação do setor de marketing e vendas do Rio Grande do Sul, organizada pela Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – seccional RS.

NOV

Banrisul conquista o Prêmio Top Ser Humano 2025.

O Banrisul foi reconhecido como vencedor na categoria *Organização – modalidade: Desenvolvimento*, do Prêmio Top Ser Humano 2025, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS).

Banrisul recebe três selos da Autorregulação Febraban.

O Banrisul foi destaque na cerimônia de entrega dos Selos da Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), durante o Seminário Febraban de Relacionamento com o Consumidor. O Banrisul conquistou os três selos de autorregulação, consolidando seu compromisso com as melhores práticas de relacionamento e atendimento ao consumidor.

Banrisul é reconhecido com Prêmio de Inovação no BioCatch Connect 2025.

O Banrisul conquistou o Prêmio de Inovação durante o BioCatch Connect 2025, evento realizado em São Paulo que reuniu líderes do setor financeiro e especialistas em prevenção a fraudes. A premiação reforça o compromisso do Banco com a segurança digital e a proteção dos clientes, destacando o uso de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning para identificar transações suspeitas nos canais digitais.

Aplicativo Banrisul e Banriclube se destacam em ranking nacional.

O aplicativo do Banrisul e o Banriclube - programa de recompensas dos cartões de crédito Banrisul - obtiveram posição de destaque no estudo CardIndex 2025, considerado o maior mapeamento de cartões e programas de fidelidade do País, organizado pela empresa CardMonitor, referência em informações e análises sobre o mercado de meios eletrônicos de pagamento.

DEZ

Banrisul mantém destaque no Top 5 Focus e figura entre os melhores na projeção da Taxa Selic.

O Banrisul reafirmou sua posição de destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central. Na última edição publicada, o Banco figurou novamente entre os cinco primeiros colocados na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, ocupando a terceira posição no documento.

Banrisul Corretora de Valores recebe homenagem pelos 55 anos de atuação no mercado.

A Associação Comercial de Porto Alegre prestou homenagem à Banrisul Corretora de Valores pelos seus 55 anos de história em reconhecimento à trajetória da Instituição no mercado financeiro.

Agradecimentos

O resultado que apresentamos no período consolida importantes avanços e reafirma nosso compromisso com a excelência e a sustentabilidade de um banco que olha para o futuro com planejamento e visão estratégica. Graças ao empenho de nossos funcionários, e à parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores, seguimos trabalhando próximos das comunidades e comprometidos com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	6	1.298.123	1.298.124
Ativos Financeiros			
Ao Custo Amortizado			
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.024.499	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	9	45.839.386	45.848.429
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	65.016.852	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	11	3.081.055	5.936.592
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)			
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.813.989)	(3.814.159)
(Outros Ativos Financeiros)			
(309.630)			(313.145)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes			
Títulos e Valores Mobiliários	12	21.937.981	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos e Valores Mobiliários	13	1.099.686	1.659.087
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	999.446	1.558.847
Ativos Fiscais			
Correntes			100.240
Diferidos	15a	3.877.895	3.967.976
Outros Ativos	14	195.760	199.421
Investimentos			
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	3.682.135	3.768.555
Imobilizado de Uso			
Imobilizações de Uso			589.050
(Depreciação Acumulada)			4.176.701
Intangível			
Ativos Intangíveis			707.733
(Amortização Acumulada)	18	(929.059)	926.844
Total do Ativo		163.686.060	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Passivo			
Passivos Financeiros		148.013.741	147.521.081
Ao Custo Amortizado		146.215.128	145.722.468
Depósitos	19	101.741.922	100.557.914
Captações no Mercado Aberto	19	22.959.070	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	8.711.917	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	19	2.803.298	2.806.928
Obrigações por Repasses	19	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	20	3.783.055	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.690.432	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.027	1.027
Dívidas Subordinadas	21	1.689.405	1.689.405
Provisão para Perda Esperada		108.181	108.181
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		96.100	96.100
Garantias Financeiras Prestadas		12.081	12.081
Provisão Fiscal, Trabalhistas e Cíveis	23a	2.510.964	2.518.055
Passivos Fiscais		328.419	455.084
Correntes		174.500	284.128
Diferidos	15b	153.919	170.956
Outros Passivos	24	1.657.964	1.797.423
Total do Passivo		152.511.088	152.291.643
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.008.334	3.008.334
Outros Resultados Abrangentes		(138.460)	(138.460)
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	3.437
Total do Patrimônio Líquido		11.174.972	11.178.409
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		163.686.060	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

Nota	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas de Intermediação Financeira	11.640.240	21.686.494	11.681.295	21.765.959
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	5.536.113	10.801.830	5.536.113	10.801.830
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.064.467	9.093.401	5.105.522	9.172.866
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(46.602)	(322.850)	(46.602)	(322.850)
Resultado de Operações de Câmbio	83.214	314.514	83.214	314.514
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.003.048	1.799.599	1.003.048	1.799.599
Despesas de Intermediação Financeira	(8.620.458)	(15.642.232)	(8.458.210)	(15.359.885)
Operações de Captação no Mercado	(8.350.783)	(14.959.914)	(8.188.376)	(14.677.226)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(269.675)	(682.318)	(269.834)	(682.659)
Resultado de Intermediação Financeira	3.019.782	6.044.262	3.223.085	6.406.074
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(775.443)	(1.293.724)	(776.213)	(1.295.296)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(501.454)	(1.104.797)	(501.405)	(1.104.804)
Outros Instrumentos Financeiros	(273.989)	(188.927)	(274.808)	(190.492)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.444.720)	(3.303.701)	(1.457.891)	(3.294.580)
Receitas de Prestação de Serviços	26	536.476	1.040.922	1.088.864
Despesas de Pessoal	27	(1.430.242)	(2.734.075)	(1.441.194)
Outras Despesas Administrativas	28	(1.060.611)	(2.047.016)	(1.131.257)
Despesas Tributárias		(208.071)	(410.217)	(289.642)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	424.975	822.064	48.673
Outras Receitas Operacionais	29	939.572	1.223.887	985.194
Outras Despesas Operacionais	30	(302.635)	(600.476)	(374.644)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	(344.184)	(598.790)	(343.885)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	799.619	1.446.837	988.981	1.816.198
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31	185.774	157.435	(3.254)
Corrente		27.497	1.487	(164.937)
Diferido		158.277	155.948	161.683
Lucro Líquido do Período	985.393	1.604.272	985.727	1.604.910
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		985.393	1.604.272	985.393
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	334
Lucro por Ação	32			638
Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$				
Ação Ordinária		2,41	3,92	2,41
Ação Preferencial A		2,53	4,30	2,53
Ação Preferencial B		2,41	3,92	2,41

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido do Período	985.393	1.604.272	985.727	1.604.910
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	12.664	23.899	12.664	23.899
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	12.664	23.899	12.664	23.899
Variação de Valor Justo	22.674	43.103	22.674	43.103
Efeito Fiscal	(10.010)	(19.204)	(10.010)	(19.204)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	(2.970)	(56.145)	(2.970)	(56.145)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(2.970)	(56.145)	(2.970)	(56.145)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(5.429)	(101.988)	(5.429)	(101.988)
Efeito Fiscal	2.459	45.843	2.459	45.843
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	9.694	(32.246)	9.694	(32.246)
Resultado Abrangente Líquido do Período	995.087	1.572.026	995.421	1.572.664
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	995.087	1.572.026	995.087	1.572.026
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	334	638

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos Acionistas da Controladora										
	Reservas de Lucros										
	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Individual	Acionistas Não Controladores	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21)	-	-	-	-	-	-	-	(164.160)	(164.160)	-	(164.160)
Saldo de Abertura 01/01/2025	8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	(164.160)	10.245.842	3.706	10.249.548
Aumento de Capital	300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	23.899	-	23.899	-	23.899
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(56.145)	-	(56.145)	-	(56.145)
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(907)	(907)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	-	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	1.604.272	1.604.272	638	1.604.910
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	80.214	401.068	315.934	-	(797.216)	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	(620.000)	(620.000)	-	(620.000)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(28.998)	(28.998)	-	(28.998)
Dividendos Provisionado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas de Títulos ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	300	300	-	300
Saldo em 31/12/2025	8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	315.934	-	(138.460)	-	11.174.972	3.437	11.178.409
Saldo em 01/07/2025	8.300.000	5.098	836.051	1.560.731	25.551	66.405	(148.154)	-	10.645.682	3.182	10.648.864
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	12.664	12.664	-	12.664
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.970)	-	(2.970)	-	(2.970)
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	985.393	985.393	334	985.727
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	49.270	246.348	290.383	-	(586.001)	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	(440.000)	(440.000)	-	(440.000)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(66.405)	-	37.407	(28.998)	-
Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.998)
Ganhos e Perdas de Títulos ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	300	300	-	300
Saldo em 31/12/2025	8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	315.934	-	(138.460)	-	11.174.972	3.437	11.178.409

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	799.619	1.446.837	988.981	1.816.198
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	1.099.154	1.495.939	1.497.093	2.267.982
Depreciação e Amortização	181.568	358.741	202.734	402.311
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(424.975)	(822.064)	(48.673)	(94.800)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	187.159	61.186	187.159	61.186
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	775.443	1.293.724	776.213	1.295.296
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	35.775	5.562	35.775	5.562
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	344.184	598.790	343.885	598.427
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos	(3.110.851)	(1.517.895)	(2.875.242)	(1.230.270)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(891.886)	(128.051)	(891.886)	(120.609)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(3.387.988)	(4.144.106)	(3.387.988)	(4.144.106)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.877.610	3.247.112	1.905.305	3.421.543
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(8.316)	225.085	(8.316)	225.085
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.091.703)	(2.886.812)	(1.089.796)	(2.885.191)
Outros Ativos Financeiros	173.781	2.154.488	249.877	2.265.459
Ativos Fiscais	178.515	56.062	309.724	63.776
Outros Ativos	41.551	(39.471)	40.155	(53.501)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2.415)	(2.202)	(2.317)	(2.726)
Aumento/(Redução) em Passivos	5.091.490	13.323.478	4.425.609	12.249.447
Depósitos	8.265.924	13.095.687	7.846.012	12.363.024
Captações no Mercado Aberto	(856.957)	622.839	(879.298)	580.662
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.404.431)	1.017.299	(1.547.077)	802.912
Obrigações por Empréstimos e Repasses	378.162	1.395.536	378.570	1.149.394
Outros Passivos Financeiros	(318.019)	(2.019.953)	(122.533)	(1.028.292)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(826.047)	(982.993)	(826.301)	(983.268)
Passivos Fiscais	(242.765)	(90.256)	(200.801)	228.300
Outros Passivos	127.252	442.983	(54.644)	(364.067)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(31.629)	(157.664)	(168.319)	(499.218)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades				
Operacionais				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	3.879.412	14.748.359	4.036.441	15.103.357
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	67.551	282.436	67.551	132.165
(Aumento)/Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio				
Outros Resultados Abrangentes	(2.380.295)	(3.589.518)	(2.380.295)	(3.587.634)
(Aumento)/Redução Títulos e Valores Mobiliários ao Custo				
Amortizado	(2.849.313)	(10.748.221)	(2.849.938)	(10.749.354)
Alienação de Imobilizado de Uso	6.895	15.932	9.474	24.151
Alienação de Intangível	-	186	-	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	-	(416)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(99.093)	(153.037)	(164.842)	(238.658)
Aquisição de Intangível	(34.057)	(52.372)	(34.057)	(52.372)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Investimento	(5.288.312)	(14.245.010)	(5.352.107)	(14.471.516)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Letras Financeiras Subordinadas	1.849.999	1.849.999	1.849.999	1.849.999
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(54.375)	(111.266)	(54.375)	(111.266)
Dividendos Pagos	-	(35.978)	-	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(440.000)	(620.000)	(440.000)	(620.000)
Liquidação de Arrendamentos	(63.435)	(116.836)	(64.194)	(118.339)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	255	(269)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Financiamento	1.292.189	965.919	1.291.685	964.147
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	(116.711)	1.469.268	(23.981)	1.595.988
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	3.350.609	1.734.417	3.435.018	1.784.836
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(35.775)	(5.562)	(35.775)	(5.562)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.198.123	3.198.123	3.375.262	3.375.262

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas (a)	12.340.845	22.657.579	12.979.140	23.929.000
Receitas de Intermediação Financeira	11.640.240	21.686.494	11.681.295	21.765.959
Receitas de Prestação de Serviços	536.476	1.040.922	1.088.864	2.135.807
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(775.443)	(1.293.724)	(776.213)	(1.295.296)
Outras Receitas Operacionais	939.572	1.223.887	985.194	1.322.530
Despesas (b)	(8.620.458)	(15.642.232)	(8.458.210)	(15.359.885)
Despesas de Intermediação Financeira	(8.620.458)	(15.642.232)	(8.458.210)	(15.359.885)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(1.511.189)	(2.854.084)	(1.633.205)	(3.087.436)
Materiais, Energia e Outros	(1.150.527)	(2.167.649)	(1.254.076)	(2.361.078)
Serviços de Terceiros e Técnicos Especializados	(360.662)	(686.435)	(379.129)	(726.358)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	2.209.198	4.161.263	2.887.725	5.481.679
Depreciação e Amortização (e)	(181.568)	(358.741)	(202.734)	(402.311)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	2.027.630	3.802.522	2.684.991	5.079.368
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	424.975	822.064	48.673	94.800
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	424.975	822.064	48.673	94.800
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	2.452.605	4.624.586	2.733.664	5.174.168
Distribuição do Valor Adicionado	2.452.605	4.624.586	2.733.664	5.174.168
Pessoal	1.247.967	2.387.503	1.258.310	2.407.552
Remuneração Direta	881.432	1.674.183	889.384	1.689.592
Benefícios	310.587	606.883	312.208	609.969
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	55.948	106.437	56.718	107.991
Impostos, Taxas e Contribuições	204.572	599.354	475.780	1.129.976
Federais	181.932	550.417	438.602	1.051.775
Estaduais	14	23	71	267
Municipais	22.626	48.914	37.107	77.934
Remuneração de Capitais de Terceiros	14.673	33.457	13.847	31.730
Aluguéis	14.673	33.457	13.847	31.730
Remuneração de Capitais Próprios	985.393	1.604.272	985.727	1.604.910
Juros sobre o Capital Próprio	440.000	620.000	440.000	620.000
Dividendos	(37.407)	28.998	(37.407)	28.998
Lucros Retidos do Período	582.800	955.274	582.800	955.274
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	334	638

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que facilita às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a

funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativos financeiros como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (hedge) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

Conforme estabelecido no artigo 70º da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 94º da Resolução BCB nº 352/23, as mudanças nos critérios e políticas contábeis decorrentes da adoção desses normativos foram aplicadas prospectivamente a partir da data de sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2025. Ainda, as demonstrações financeiras relativas aos períodos do ano de 2025 não apresentam informações comparativas, conforme dispensa do artigo 79º da Resolução 4.966/21 e do artigo 102º da Resolução BCB nº 352/23.

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária. Os novos critérios estabelecidos pela norma são aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de fevereiro de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%)
		31/12/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações da Adoção Inicial

As Resoluções BCB nº 92/21 e nº 390/24, que dispõem sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), juntamente às Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, ensejaram transferência de saldo entre contas do Balanço Patrimonial, assim como a abertura de contas novas. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e a reclassificação e remensuração em 01 de janeiro 2025.

Balanço Patrimonial - Ativo		Individual		
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	-	-	1.126.979
Ativos Financeiros	139.669.659	-	(6.193)	139.663.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	57.685.558	(22.594.722)	(60)	35.090.776
		4.246.558	-	4.246.558
		18.348.164	-	18.348.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	62.045.229	-	5.056	62.050.285
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	(87.116)	-	5.206.611
		87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.650.553)	-	(116.459)	(2.767.012)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	(2.600.094)	-	(116.459)	(2.716.553)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	-	-	(50.459)
Ativos Fiscais	3.644.538	-	133.471	3.778.009
Correntes	143.649	-	-	143.649
Diferidos	3.500.889	-	133.471	3.634.360
Outros Ativos	545.642	-	2.450	548.092
Investimentos	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Investimentos em Participações em Coligadas e				
Controladas	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Imobilizado de Uso	481.248	-	231.037	712.285
Imobilizações de Uso	1.152.022	-	461.899	1.613.921
(Depreciação Acumulada)	(670.774)	-	(230.862)	(901.636)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	-	-	1.891.692
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	-	-	(1.425.626)
Total do Ativo	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	
Passivos Financeiros	131.508.923	-	407.726	131.916.649
Depósitos	88.646.235	-	-	88.646.235 Custo Amortizado
Captação no Mercado Aberto	22.336.231	-	-	22.336.231 Custo Amortizado
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	-	-	7.694.618 Custo Amortizado
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812 Custo Amortizado
		1.880.714	-	1.880.714 Ao Valor Justo por meio do Resultado
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	246.950	2.509.184 Custo Amortizado
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190 Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	- Ao Valor Justo por meio do Resultado
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	(4.741)	-	5.197.148 Custo Amortizado
		4.741	160.776	165.517 Provisão para Perda Esperada
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.895.167	-	-	2.895.167
Obrigações Fiscais	420.391	-	-	420.391
Correntes	132.452	-	-	132.452
Diferidas	287.939	-	-	287.939
Outros Passivos	1.712.507	(359.555)	-	1.352.952
		643	-	643 Provisão para Perda Esperada
		358.912	-	358.912 Outros Passivos Financeiros
Total do Passivo	136.536.988	-	407.726	136.944.714
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	10.410.002	-	(164.160)	10.245.842
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balanço Patrimonial - Ativo		Consolidado		
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.982	-	-	1.126.982
Ativos Financeiros	143.296.100	-	(6.193)	143.289.907
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	(23.211.158)	(60)	35.098.686
		4.861.110	-	4.861.110
		18.350.048	-	18.350.048
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	62.058.943	-	5.056	62.063.999
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	-	8.194.992
		87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.651.713)	-	(116.991)	(2.768.704)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	(2.600.487)	-	(116.393)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(51.226)	-	(598)	(51.824)
Ativos Fiscais	3.726.655	-	133.635	3.860.290
Correntes	158.520	-	-	158.520
Diferidos	3.568.135	-	133.635	3.701.770
Outros Ativos	615.460	-	2.450	617.910
Investimentos	175.824	-	-	175.824
Investimentos em Participações em Coligadas e				
Controladas	175.824	-	-	175.824
Imobilizado de Uso	662.574	-	234.990	897.564
Imobilizações de Uso	1.462.657	-	468.547	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(800.083)	-	(233.557)	(1.033.640)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.893.179	-	-	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.427.113)	-	-	(1.427.113)
Total do Ativo	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.616.061	-	412.051	132.028.112
Depósitos	88.194.890	-	-	88.194.890 Custo Amortizado
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	-	-	22.238.994 Custo Amortizado
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	-	-	6.936.464 Custo Amortizado
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812 Custo Amortizado
		1.880.714	-	1.880.714 Ao Valor Justo por meio do Resultado
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	251.275	2.513.509 Custo Amortizado
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190 Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	- Ao Valor Justo por meio do Resultado
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	(4.741)	-	6.611.022 Custo Amortizado
		4.741	160.776	165.517 Provisão para Perda Esperada
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.902.896	-	-	2.902.896
Obrigações Fiscais	554.540	-	-	554.540
Correntes	252.765	-	-	252.765
Diferidas	301.775	-	-	301.775
Outros Passivos	1.930.743	(643)	-	1.930.100 Provisão para Perda Esperada
		643	-	643 Outros Passivos Financeiros
Total do Passivo	137.004.240	-	412.051	137.416.291
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	3.706	-	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.413.708	-	(164.160)	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(60)	(60)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.459)	(116.991)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(740)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.842	10.249.548

De forma resumida, as tabelas a seguir apresentam o Balanço Patrimonial, Individual e Consolidado, com os saldos contábeis em 01/01/2025 após à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Ativo	01/01/2025	01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	1.126.982
Ativos Financeiros	136.896.454	140.521.203
Ao Custo Amortizado	113.977.434	116.985.747
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.592.728	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	35.090.776	35.098.686
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.137.401	62.151.115
Outros Ativos Financeiros	5.206.611	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)	(2.767.012)	(2.768.704)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	(2.716.553)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	(51.824)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.348.164	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	18.348.164	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.570.856	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	4.246.558	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	324.298
Ativos Fiscais	3.778.009	3.860.290
Correntes	143.649	158.520
Diferidos	3.634.360	3.701.770
Outros Ativos	548.092	617.910
Investimentos	3.662.671	175.824
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	3.662.671	175.824
Imobilizado de Uso	712.285	897.564
Imobilizações de Uso	1.613.921	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(901.636)	(1.033.640)
Intangível	466.066	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	(1.427.113)
Total do Ativo	147.190.556	147.665.839

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Passivo	01/01/2025	01/01/2025
Passivos Financeiros	132.276.204	132.028.755
Ao Custo Amortizado	130.229.330	129.981.881
Depósitos	88.646.235	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	6.936.464
Dívidas Subordinadas	421.812	421.812
Obrigações por Empréstimos	2.509.184	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.556.060	6.611.022
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.880.714	1.880.714
Dívidas Subordinadas	1.880.714	1.880.714
Provisão para Perda Esperada	166.160	166.160
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	165.517	165.517
Garantias Financeiras Prestadas	643	643
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.895.167	2.902.896
Passivos Fiscais	420.391	554.540
Correntes	132.452	252.765
Diferidos	287.939	301.775
Outros Passivos	1.352.952	1.930.100
Total do Passivo	136.944.714	137.416.291
Patrimônio Líquido		
Capital Social	8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	(106.214)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.245.842	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.190.556	147.665.839

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Lei nº 14.467/22 modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026, podendo ser feita a opção por qual razão será utilizada até 31/12/2025. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

Conforme facilita a legislação, o Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1) ou no Segmento 2 (S2).

Conforme facilita a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2026.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos

Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme facilita o normativo, o Banrisul irá utilizar da taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos

que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras,

sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Factor* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Stop Accrual

O procedimento de *stop accrual* consiste em interromper o reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou quaisquer outras atividades financeiras relacionadas ao ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito. No Banrisul, esse processo é adotado de forma sistemática, impedindo que sejam reconhecidas no resultado do período receitas ainda não recebidas referentes a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos relativos a instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. Contudo, o reconhecimento de receitas ainda não recebidas é suspenso caso o ativo financeiro seja classificado com problema de recuperação de crédito. Uma vez que o instrumento financeiro deixe de ser classificado como tal, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas correspondentes, incluindo a integralidade da renda anteriormente represada.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme a Instrução Normativa BCB nº 560/24, não se enquadram como reestruturação as renegociações que impliquem concessões à contraparte em decorrência de decisões do CMN ou por força de outras medidas legais. A Resolução CMN nº 4.966/21 faculta até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não

seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados, diariamente, com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, consonantes condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que

correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas, abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;

- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projeto. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzem o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projeto. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem

qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa, de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, relatório, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, relatório, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Composição da Carteira por Setor de Atividade		
Setor Público	180.540	188.890
Administração Pública – Direta e Indireta	180.540	188.890
Setor Privado	64.836.312	64.839.891
Pessoa Física	48.479.146	48.479.189
Pessoa Jurídica	16.357.166	16.360.702
Agropecuário	274.799	274.850
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.861.909	2.862.085
Automotivo	733.442	733.550
Celulose, Madeira e Móveis	400.553	400.574
Comércio Atacadista – Alimentício	1.039.330	1.039.512
Comércio Atacadista – não Alimentício	860.435	860.525
Comércio Varejista – Outros	1.519.538	1.519.863
Construção e Imobiliário	1.342.861	1.343.210
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.694.691	1.695.218
Eletroeletrônico e Informática	507.631	507.714
Financeiro e Seguro	289.963	289.963
Máquinas e Equipamentos	326.675	326.717
Metalurgia	459.455	459.502
Obras de Infraestrutura	29.448	29.633
Petróleo e Gás Natural	616.893	616.935
Químico e Petroquímico	1.022.562	1.022.766
Serviços Privados	582.301	582.692
Têxtil, Confecções e Couro	413.334	413.338
Transportes	470.523	470.715
Outros	910.823	911.340
Total	65.016.852	65.028.781

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	133.822.876	136.699.385
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.531	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	45.839.402	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.016.852	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	3.081.055	5.936.592
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21.937.981	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	21.937.981	21.937.981
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	1.099.686	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	999.446	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	100.240
Off Balance	21.513.417	21.513.417
Garantias Financeiras	648.413	648.413
Crédito Imobiliário	359.516	359.516
Cheque Especial	4.745.864	4.745.864
Cartão de Crédito	4.569.958	4.569.958
Limites Pré-Datados Eletrônicos – Banricompras	5.869.970	5.869.970
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.981.121	4.981.121
Outros Limites Pré-Aprovados	338.575	338.575
Total	178.373.960	181.809.870

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Individual							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.088.246	654.931	498.746	107.574	2.892.154	2.025.537	48.479.146	2.788.042
Cartão de Crédito	2.486.638	127.475	38.127	8.646	325.604	258.326	2.850.369	394.447
Crédito Consignado	18.200.228	104.873	156.394	22.343	1.103.223	757.167	19.459.845	884.383
Crédito Pessoal	2.577.730	35.792	82.190	18.304	371.606	255.829	3.031.526	309.925
Crédito Imobiliário	5.675.302	29.680	9.256	3.593	46.776	27.808	5.731.334	61.081
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	206.564	92.797	19.049	485.969	293.691	14.022.604	519.304
Outros	2.704.510	150.547	119.982	35.639	558.976	432.716	3.383.468	618.902
Pessoa Jurídica	15.317.992	246.588	136.279	30.017	1.083.435	749.342	16.537.706	1.025.947
Operações de Câmbio	2.764.774	12.179	5.888	241	83.546	6.856	2.854.208	19.276
Capital de Giro	5.021.181	37.183	28.948	5.234	217.917	149.854	5.268.046	192.271
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	92.351	25.880	5.506	165.720	120.110	2.570.841	217.967
Crédito Imobiliário	711.146	10.047	11.458	348	-	-	722.604	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	52.508	25.187	6.804	288.326	247.617	3.335.456	306.929
Outros	1.419.707	42.320	38.918	11.884	327.926	224.905	1.786.551	279.109
Total em 31/12/2025	60.406.238	901.519	635.025	137.591	3.975.589	2.774.879	65.016.852	3.813.989

	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.088.289	654.932	498.746	107.574	2.892.154	2.025.537	48.479.189	2.788.043
Cartão de Crédito	2.486.638	127.475	38.127	8.646	325.604	258.326	2.850.369	394.447
Crédito Consignado	18.200.228	104.873	156.394	22.343	1.103.223	757.167	19.459.845	884.383
Crédito Pessoal	2.577.730	35.792	82.190	18.304	371.606	255.829	3.031.526	309.925
Crédito Imobiliário	5.675.302	29.680	9.256	3.593	46.776	27.808	5.731.334	61.081
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	206.564	92.797	19.049	485.969	293.691	14.022.604	519.304
Outros	2.704.553	150.548	119.982	35.639	558.976	432.716	3.383.511	618.903
Pessoa Jurídica	15.327.373	246.626	137.967	30.019	1.084.252	749.471	16.549.592	1.026.116
Operações de Câmbio	2.764.774	12.179	5.888	241	83.546	6.856	2.854.208	19.276
Capital de Giro	5.021.181	37.183	28.948	5.234	217.917	149.854	5.268.046	192.271
Conta Empresarial/ Garantida	2.379.241	92.351	25.880	5.506	165.720	120.110	2.570.841	217.967
Crédito Imobiliário	711.146	10.047	11.458	348	-	-	722.604	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	52.508	25.187	6.804	288.326	247.617	3.335.456	306.929
Outros	1.429.088	42.358	40.606	11.886	328.743	225.034	1.798.437	279.278
Total em 31/12/2025	60.415.662	901.558	636.713	137.593	3.976.406	2.775.008	65.028.781	3.814.159

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Não vencidos	Vencidos em até 30 dias		
Total	60.406.238	901.519		60.415.662

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Avaliação Coletiva	Avaliação Individual		
Total	60.381.846	24.392		60.391.270
Avaliação Coletiva	60.381.846	24.392		60.391.270
Avaliação Individual				24.392

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Não Vencidos	201.232	201.934
Vencidos em até 30 dias	15.539	16.124
Vencidos de 31 a 60 dias	273.788	274.189
Vencidos de 61 a 90 dias	144.466	144.466
Total	635.025	636.713

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Avaliação Coletiva	633.529	635.217
Avaliação Individual	1.496	1.496
Total	635.025	636.713

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Não Vencidos	939.683	940.201
Vencidos em até 30 dias	116.628	116.713
Vencidos de 31 a 60 dias	83.218	83.310
Vencidos de 61 a 90 dias	118.215	118.222
Vencidos a mais de 90 dias	2.717.845	2.717.960
Total	3.975.589	3.976.406

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Avaliação Coletiva	3.536.204	3.537.021
Avaliação Individual	439.385	439.385
Total	3.975.589	3.976.406

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R\$465.273 no Individual e no Consolidado, excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	31/12/2025
Maior Devedor	22,84%
Cinco Maiores Devedores	54,90%
Dez Maiores Devedores	78,45%
Vinte Maiores Devedores	98,98%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

A tabela a seguir apresenta o valor total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte, juntamente dos instrumentos baixados a prejuízo (*write-off*). Conforme faculta o artigo

71º-A da Resolução CMN nº 4.966/21, até dezembro de 2026 o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apurar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

	01/01 a 31/12/2025 ⁽¹⁾
Operações Renegociadas	1.818.792
Operações Renegociadas Ativas	1.447.874
Operações Recuperadas da Baixa a Prejuízo	370.918
Write-Off	378.288

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$78.373 no Individual e no Consolidado.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (Trading Book): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (Banking Book): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado e, ao Comitê de Gestão de Risco, relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (Δ EVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O Δ EVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (Δ NII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas

associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ΔNII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários	Fatores de Risco		Total em 31/12/2025
	Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	
1	1%	290	5.796
2	25%	236	82.680
3	50%	171	162.767

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,5024 de 31/12/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 95,2% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 99,7% e 99,9%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$162.938.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/12/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/12/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	Trading	Alta do dólar	16.855	421.363	842.725
Item Objeto de Proteção					
Dívida	Banking	Alta do dólar	16.856	421.395	842.790
Efeito Líquido					
			(1)	(32)	(65)
Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	Trading	Baixa do dólar	(16.855)	(421.363)	(842.725)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	Banking	Baixa do dólar	(16.856)	(421.395)	(842.790)
Efeito Líquido					
			1	32	65

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos swaps seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	Trading	Alta da Taxa Futura de DI	(10)	(253)	(498)
FUT DI1	Trading	Baixa da Taxa Futura de DI	10	261	532

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	81
Total		81

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	952.200
Cupom Índice	TLP	(124)
Cupom de Taxas	TR	91.458
	TJLP	(366)
DI	CDI	2.710.644
Selic	Selic	(3.405.654)
Total		348.158

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$433.245. O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$99.224.

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.233.060.

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Individual				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	32.002.768	22.208.338	83.947.848	18.143.958	156.302.912
Ao Custo Amortizado	30.841.262	22.208.338	62.970.835	17.244.810	133.265.245
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.303.405	-	-	-	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.517.546	882.955	624.030	-	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	4.112.366	4.049.733	29.919.427	7.757.876	45.839.402
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	8.907.945	16.681.095	29.940.878	9.486.934	65.016.852
Outros Ativos Financeiros	-	594.555	2.486.500	-	3.081.055
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.099.686	-	-	-	1.099.686
Títulos e Valores Mobiliários	999.446	-	-	-	999.446
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	-	-	-	100.240
Passivos Financeiros	48.962.425	18.524.846	57.023.798	19.091.707	143.602.776
Ao Custo Amortizado	48.961.398	16.835.441	57.023.798	19.091.707	141.912.344
Depósitos	24.082.519	8.163.517	49.011.609	16.181.493	97.439.138
Captações no Mercado Aberto	22.959.070	-	-	-	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	907.334	2.521.697	5.282.886	-	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	802.548	1.497.347	497.140	6.263	2.803.298
Obrigações por Repasses	209.927	872.088	2.229.900	490.911	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	3.780.792	2.263	-	3.783.055
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.027	1.689.405	-	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(16.959.657)	3.683.492	26.924.050	(947.749)	12.700.136

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	32.211.122	25.398.567	83.963.566	18.165.567	159.738.822
Ao Custo Amortizado	30.851.838	25.058.553	62.986.553	17.244.810	136.141.754
Depósitos Compulsórios no Banco Central	15.303.405	-	-	-	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.517.546	882.955	624.030	-	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	4.112.366	4.049.733	29.928.470	7.757.876	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	8.918.521	16.681.095	29.942.231	9.486.934	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	-	3.444.770	2.491.822	-	5.936.592
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.297.464	340.014	-	21.609	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	1.197.224	340.014	-	21.609	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	-	-	-	100.240
Passivos Financeiros	49.106.231	18.538.492	56.379.983	19.091.707	143.116.413
Ao Custo Amortizado	49.105.204	16.849.087	56.379.983	19.091.707	141.425.981
Depósitos	24.366.244	6.702.081	49.011.609	16.181.493	96.261.427
Captações no Mercado Aberto	22.819.656	-	-	-	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	906.430	2.196.102	4.636.844	-	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	802.947	1.498.351	499.367	6.263	2.806.928
Obrigações por Repasses	209.927	872.088	2.229.900	490.911	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	5.580.465	2.263	-	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.027	1.689.405	-	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(16.895.109)	6.860.075	27.583.583	(926.140)	16.622.409

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Individual				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/12/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	53.375.452	18.909.062	58.366.307	19.426.964	150.077.785
Ao Custo Amortizado	53.375.452	17.214.164	58.366.307	19.426.964	148.382.887
Depósitos	28.425.078	8.344.153	49.803.054	16.442.793	103.015.078
Captações no Mercado Aberto	22.972.007	-	-	-	22.972.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	942.270	2.618.791	5.486.295	-	9.047.356
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	805.108	1.503.559	555.143	14.868	2.878.678
Obrigações por Repasses	230.989	966.708	2.519.122	556.263	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	3.780.953	2.693	-	3.783.646
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.694.898	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	1.694.898	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	32.272.379	23.265.395	96.752.591	26.869.128	179.159.493
Disponibilidades	1.298.123	-	-	-	1.298.123
Ativos Financeiros	30.974.256	23.265.395	96.752.591	26.869.128	177.861.370
Ao Custo Amortizado	29.912.990	23.265.395	75.775.578	25.969.980	154.923.943
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Abrangentes	61.820	-	-	-	999.446
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	999.446	-	-	-	999.446

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/12/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	53.517.911	18.898.830	57.736.367	19.432.281	149.585.389
Ao Custo Amortizado	53.517.911	17.203.932	57.736.367	19.432.281	147.890.491
Depósitos	28.703.218	6.860.585	49.819.157	16.448.110	101.831.070
Captações no Mercado Aberto	22.832.490	-	-	-	22.832.490
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	945.716	2.291.285	4.837.814	-	8.074.815
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	805.498	1.504.728	557.581	14.868	2.882.675
Obrigações por Repasses	230.989	966.708	2.519.122	556.263	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	5.580.626	2.693	-	5.583.319
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.694.898	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	1.694.898	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	32.470.158	26.455.624	96.766.956	26.890.737	182.583.475
Disponibilidades	1.298.124	-	-	-	1.298.124
Ativos Financeiros	31.172.034	26.455.624	96.766.956	26.890.737	181.285.351
Ao Custo Amortizado	29.912.990	26.115.610	75.789.943	25.969.980	157.788.523
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-	-
Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.197.224	340.014	-	21.609	1.558.847

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.823.501, conforme descrito na Nota 34a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Individual		
	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	22.876.735	160.932	23.037.667
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	21.876.161	61.820	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	21.876.161	61.820	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.876.161	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.851	39.851
Outros	-	21.969	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.000.574	99.112	1.099.686
Títulos e Valores Mobiliários	999.446	-	999.446
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	999.446	-	999.446
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.128	99.112	100.240
Passivo Financeiros	1.027	1.689.405	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.027	1.689.405	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	1.689.405

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	23.434.760	160.932	23.597.068
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	21.876.161	61.820	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	21.876.161	61.820	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.876.161	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.851	39.851
Outros	-	21.969	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.558.599	99.112	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	1.557.471	-	1.558.847
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	361.623	-	361.623
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	999.446	-	999.446
Cotas de Fundo de Investimento	196.402	-	197.778
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.128	99.112	100.240
Passivo Financeiros	1.027	1.689.405	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.027	1.689.405	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	1.689.405

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Individual	
	31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	133.822.876	130.901.589
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.531	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	45.839.402	45.918.828
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.016.852	61.986.117
Outros Ativos Financeiros	3.081.055	3.081.055
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	146.215.128	146.225.118
Depósitos	101.741.922	101.695.729
Captações no Mercado Aberto	22.959.070	22.959.059
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	8.711.917	8.704.306
Letras Financeiras Subordinadas	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.803.298	2.803.298
Obrigações por Repasses	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	3.783.055	3.783.055

	Consolidado	31/12/2025
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	136.699.385	133.778.096
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.531	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	45.848.445	45.927.869
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.028.781	61.998.046
Outros Ativos Financeiros	5.936.592	5.936.592
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	145.722.468	145.732.458
Depósitos	100.557.914	100.511.721
Captações no Mercado Aberto	22.819.656	22.819.645
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	7.739.376	7.731.765
Letras Financeiras Subordinadas	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.806.928	2.806.928
Obrigações por Repasses	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	5.582.728	5.582.728

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e
- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 6,08%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial		31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)		14.405.845
Nível 1		10.303.400
Capital Principal (CP)		10.303.400
Capital Social		8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros		3.015.055
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais		(138.414)
Ajustes Prudenciais		(994.100)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas		119.000
Nível 2		4.102.445
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2		4.102.445
RWA		73.706.989
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)		60.974.294
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)		1.078.089
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)		1.240.814
RWA _{JUR} (Risco de Juros)		1.015
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)		1.233.060
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)		6.739
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)		10.413.792
Carteira Banking (IRRBB)		348.158
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal		4.884.300
Índices de Capital		
Índice de Basileia		19,54%
Índice de Nível 1		13,98%
Índice de Capital Principal		13,98%
Índice de Imobilização		10,20%
Razão de Alavancagem		6,08%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$14.405.845.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$348.158.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 19,54% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 13,98% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	1.298.123	1.298.124
Disponibilidades em Moeda Nacional	984.007	984.008
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	314.116	314.116
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.900.000	1.900.000
Aplicações no Mercado Aberto	1.900.000	1.900.000
Títulos e Valores Mobiliários	-	177.138
Cotas de Fundos de Investimento	-	177.138
Total	3.198.123	3.375.262

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	Individual e Consolidado
		31/12/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	557.631
Depósitos de Poupança	Poupança	2.187.382
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	12.322.718
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	462.737
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	569
Outros Depósitos	Taxa Selic	329.999
Total		15.861.036

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Individual e Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	1.900.000	-	-	1.900.000
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	1.900.000	-	-	1.900.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.900.000	-	-	1.900.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	2.124.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	2.124.499
Total	2.517.526	882.955	624.018	4.024.499

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual								
	31/12/2025								
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.022.350	15.385.622	7.549.881	44.944.195	-	44.944.195	45.026.759
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	13.993.619	15.385.622	7.549.881	44.915.464	-	44.915.464	45.000.018
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.383.658	15.535.769	7.757.876	45.839.402	(16)	45.839.386	45.918.828

	Consolidado								
	31/12/2025								
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.392.701	15.535.769	7.757.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.927.869

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Individual 31/12/2025
Pessoa Física	45.088.246	498.746	2.892.154	48.479.146
Cartão de Crédito	2.486.638	38.127	325.604	2.850.369
Crédito Consignado	18.200.228	156.394	1.103.223	19.459.845
Crédito Pessoal	2.577.730	82.190	371.606	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.675.302	9.256	46.776	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	92.797	485.969	14.022.604
Outros	2.704.510	119.982	558.976	3.383.468
Pessoa Jurídica	15.317.992	136.279	1.083.435	16.537.706
Operações de Câmbio	2.764.774	5.888	83.546	2.854.208
Capital de Giro	5.021.181	28.948	217.917	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	25.880	165.720	2.570.841
Crédito Imobiliário	711.146	11.458	-	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	25.187	288.326	3.335.456
Outros	1.419.707	38.918	327.926	1.786.551
Total	60.406.238	635.025	3.975.589	65.016.852
(Provisão)	(901.519)	(137.591)	(2.774.879)	(3.813.989)
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.504.719	497.434	1.200.710	61.202.863

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Consolidado 31/12/2025
Pessoa Física	45.088.289	498.746	2.892.154	48.479.189
Cartão de Crédito	2.486.638	38.127	325.604	2.850.369
Crédito Consignado	18.200.228	156.394	1.103.223	19.459.845
Crédito Pessoal	2.577.730	82.190	371.606	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.675.302	9.256	46.776	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	92.797	485.969	14.022.604
Outros	2.704.553	119.982	558.976	3.383.511
Pessoa Jurídica	15.327.373	137.967	1.084.252	16.549.592
Operações de Câmbio	2.764.774	5.888	83.546	2.854.208
Capital de Giro	5.021.181	28.948	217.917	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	25.880	165.720	2.570.841
Crédito Imobiliário	711.146	11.458	-	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	25.187	288.326	3.335.456
Outros	1.429.088	40.606	328.743	1.798.437
Total	60.415.662	636.713	3.976.406	65.028.781
(Provisão)	(901.558)	(137.593)	(2.775.008)	(3.814.159)
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.514.104	499.120	1.201.398	61.214.622

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	1.816.937	1.818.290
A vencer até 3 meses	8.913.618	8.924.194
A vencer de 3 a 12 meses	16.681.095	16.681.095
A vencer de 1 a 5 anos	28.118.268	28.118.268
A vencer acima de 5 anos	9.486.934	9.486.934
Total	65.016.852	65.028.781

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

Concentração dos Maiores Tomadores	Total	Individual e Consolidado 31/12/2025
		% da Carteira
Maior Devedor	305.941	0,47
10 Maiores Devedores	2.215.243	3,41
20 Maiores Devedores	3.373.835	5,19
50 Maiores Devedores	5.469.778	8,41
100 Maiores Devedores	7.358.885	11,32

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Individual	Saldo Final 31/12/2025
							Constituição/ (Reversão)	
Pessoa Física	708.288	(4.008)	(41.300)	20.931	104.036	-	(133.016)	654.931
Cartão de Crédito	108.240	(370)	(6.918)	-	2.147	-	24.376	127.475
Crédito Consignado	104.150	(630)	(4.434)	855	7.190	-	(2.258)	104.873
Crédito Pessoal	25.078	(288)	(3.039)	198	3.832	-	10.011	35.792
Crédito Imobiliário	23.940	(133)	(461)	13.698	20.570	-	(27.934)	29.680
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.340)	(12.417)	4.891	9.590	-	(122.598)	206.564
Outros	118.442	(1.247)	(14.031)	1.289	60.707	-	(14.613)	150.547
Pessoa Jurídica	274.240	(3.448)	(24.435)	1.813	112.709	-	(114.291)	246.588
Operações de Câmbio	8.747	(139)	(202)	-	-	-	3.773	12.179
Capital de Giro	24.914	(200)	(2.090)	28	34.890	-	(20.359)	37.183
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(612)	(10.513)	42	6.673	-	(33.651)	92.351
Crédito Imobiliário	8.316	(292)	-	-	-	-	2.023	10.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.989)	(9.011)	1.220	5.446	-	(12.718)	52.508
Outros	32.291	(216)	(2.619)	523	65.700	-	(53.359)	42.320
Total	982.528	(7.456)	(65.735)	22.744	216.745	-	(247.307)	901.519

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Individual	Saldo Final 31/12/2025
							Constituição/ (Reversão)	
Pessoa Física	75.036	(20.931)	(28.811)	4.008	1.896	-	76.376	107.574
Cartão de Crédito	2	-	(2)	370	230	-	8.046	8.646
Crédito Consignado	4.952	(855)	(2.258)	630	169	-	19.705	22.343
Crédito Pessoal	6.531	(198)	(3.182)	288	121	-	14.744	18.304
Crédito Imobiliário	19.132	(13.698)	(1.910)	133	123	-	(187)	3.593
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.891)	(13.194)	1.340	351	-	6.540	19.049
Outros	15.516	(1.289)	(8.265)	1.247	902	-	27.528	35.639
Pessoa Jurídica	15.914	(1.813)	(6.296)	3.448	947	-	17.817	30.017
Operações de Câmbio	-	-	-	139	-	-	102	241
Capital de Giro	2.635	(28)	(1.274)	200	67	-	3.634	5.234
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(42)	(667)	612	20	-	4.253	5.506
Crédito Imobiliário	-	-	-	292	-	-	56	348
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.220)	(3.290)	1.989	560	-	1.227	6.804
Outros	4.411	(523)	(1.065)	216	300	-	8.545	11.884
Total	90.950	(22.744)	(35.107)	7.456	2.843	-	94.193	137.591

Estágio 3	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	1.055.927	(104.036)	(1.896)	41.300	28.811	(333.866)	1.339.297	2.025.537
Cartão de Crédito	104.887	(2.147)	(230)	6.918	2	(26.819)	175.715	258.326
Crédito Consignado	423.964	(7.190)	(169)	4.434	2.258	(184.300)	518.170	757.167
Crédito Pessoal	147.414	(3.832)	(121)	3.039	3.182	(49.256)	155.403	255.829
Crédito Imobiliário	36.583	(20.570)	(123)	461	1.910	(1.403)	10.950	27.808
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(9.590)	(351)	12.417	13.194	(22.286)	168.245	293.691
Outros	211.017	(60.707)	(902)	14.031	8.265	(49.802)	310.814	432.716
Pessoa Jurídica	587.148	(112.709)	(947)	24.435	6.296	(44.422)	289.541	749.342
Operações de Câmbio	5.356	-	-	202	-	(3.085)	4.383	6.856
Capital de Giro	114.252	(34.890)	(67)	2.090	1.274	(663)	67.858	149.854
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(6.673)	(20)	10.513	667	(1.445)	67.475	120.110
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(170)	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(5.446)	(560)	9.011	3.290	(21.665)	24.503	247.617
Outros	179.293	(65.700)	(300)	2.619	1.065	(17.564)	125.492	224.905
Total	1.643.075	(216.745)	(2.843)	65.735	35.107	(378.288)	1.628.838	2.774.879

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Individual Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	1.839.251	(333.866)	1.282.657	2.788.042
Cartão de Crédito	213.129	(26.819)	208.137	394.447
Crédito Consignado	533.066	(184.300)	535.617	884.383
Crédito Pessoal	179.023	(49.256)	180.158	309.925
Crédito Imobiliário	79.655	(1.403)	(17.171)	61.081
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(22.286)	52.187	519.304
Outros	344.975	(49.802)	323.729	618.902
Pessoa Jurídica	877.302	(44.422)	193.067	1.025.947
Operações de Câmbio	14.103	(3.085)	8.258	19.276
Capital de Giro	141.801	(663)	51.133	192.271
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(1.445)	38.077	217.967
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.909	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(21.665)	13.012	306.929
Outros	215.995	(17.564)	80.678	279.109
Total	2.716.553	(378.288)	1.475.724	3.813.989

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$1.104.797 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$370.918.

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Consolidado Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	708.288	(4.008)	(41.300)	20.931	104.036	-	(133.015)	654.932
Cartão de Crédito	108.240	(370)	(6.918)	-	2.147	-	24.376	127.475
Crédito Consignado	104.150	(630)	(4.434)	855	7.190	-	(2.258)	104.873
Crédito Pessoal	25.078	(288)	(3.039)	198	3.832	-	10.011	35.792
Crédito Imobiliário	23.940	(133)	(461)	13.698	20.570	-	(27.934)	29.680
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.340)	(12.417)	4.891	9.590	-	(122.598)	206.564
Outros	118.442	(1.247)	(14.031)	1.289	60.707	-	(14.612)	150.548
Pessoa Jurídica	274.280	(3.453)	(24.435)	1.814	112.711	-	(114.291)	246.626
Operações de Câmbio	8.747	(139)	(202)	-	-	-	3.773	12.179
Capital de Giro	24.914	(200)	(2.090)	28	34.890	-	(20.359)	37.183
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(612)	(10.513)	42	6.673	-	(33.651)	92.351
Crédito Imobiliário	8.316	(292)	-	-	-	-	2.023	10.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.989)	(9.011)	1.220	5.446	-	(12.718)	52.508
Outros	32.331	(221)	(2.619)	524	65.702	-	(53.359)	42.358
Total	982.568	(7.461)	(65.735)	22.745	216.747	-	(247.306)	901.558

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Consolidado Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	75.036	(20.931)	(28.811)	4.008	1.896	-	76.376	107.574
Cartão de Crédito	2	-	(2)	370	230	-	8.046	8.646
Crédito Consignado	4.952	(855)	(2.258)	630	169	-	19.705	22.343
Crédito Pessoal	6.531	(198)	(3.182)	288	121	-	14.744	18.304
Crédito Imobiliário	19.132	(13.698)	(1.910)	133	123	-	(187)	3.593
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.891)	(13.194)	1.340	351	-	6.540	19.049
Outros	15.516	(1.289)	(8.265)	1.247	902	-	27.528	35.639
Pessoa Jurídica	15.917	(1.814)	(6.301)	3.453	967	-	17.797	30.019
Operações de Câmbio	-	-	-	139	-	-	102	241
Capital de Giro	2.635	(28)	(1.274)	200	67	-	3.634	5.234
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(42)	(667)	612	20	-	4.253	5.506
Crédito Imobiliário	-	-	-	292	-	-	56	348
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.220)	(3.290)	1.989	560	-	1.227	6.804
Outros	4.414	(524)	(1.070)	221	320	-	8.525	11.886
Total	90.953	(22.745)	(35.112)	7.461	2.863	-	94.173	137.593

Estágio 3	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição / (Reversão)	Consolidado Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	1.055.927	(104.036)	(1.896)	41.300	28.811	(333.866)	1.339.297	2.025.537
Cartão de Crédito	104.887	(2.147)	(230)	6.918	2	(26.819)	175.715	258.326
Crédito Consignado	423.964	(7.190)	(169)	4.434	2.258	(184.300)	518.170	757.167
Crédito Pessoal	147.414	(3.832)	(121)	3.039	3.182	(49.256)	155.403	255.829
Crédito Imobiliário	36.583	(20.570)	(123)	461	1.910	(1.403)	10.950	27.808
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(9.590)	(351)	12.417	13.194	(22.286)	168.245	293.691
Outros	211.017	(60.707)	(902)	14.031	8.265	(49.802)	310.814	432.716
Pessoa Jurídica	587.432	(112.711)	(967)	24.435	6.301	(44.586)	289.567	749.471
Operações de Câmbio	5.356	-	-	202	-	(3.085)	4.383	6.856
Capital de Giro	114.252	(34.890)	(67)	2.090	1.274	(663)	67.858	149.854
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(6.673)	(20)	10.513	667	(1.445)	67.475	120.110
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(170)	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(5.446)	(560)	9.011	3.290	(21.665)	24.503	247.617
Outros	179.577	(65.702)	(320)	2.619	1.070	(17.728)	125.518	225.034
Total	1.643.359	(216.747)	(2.863)	65.735	35.112	(378.452)	1.628.864	2.775.008

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	1.839.251	(333.866)	1.282.658	2.788.043
Cartão de Crédito	213.129	(26.819)	208.137	394.447
Crédito Consignado	533.066	(184.300)	535.617	884.383
Crédito Pessoal	179.023	(49.256)	180.158	309.925
Crédito Imobiliário	79.655	(1.403)	(17.171)	61.081
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(22.286)	52.187	519.304
Outros	344.975	(49.802)	323.730	618.903
Pessoa Jurídica	877.629	(44.586)	193.073	1.026.116
Operações de Câmbio	14.103	(3.085)	8.258	19.276
Capital de Giro	141.801	(663)	51.133	192.271
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(1.445)	38.077	217.967
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.909	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(21.665)	13.012	306.929
Outros	216.322	(17.728)	80.684	279.278
Total	2.716.880	(378.452)	1.475.731	3.814.159

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$1.104.804 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$370.918.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$388.814 refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Individual e Consolidado	
		Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	2.145	(1.129)	2.002
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	4.594	(2.384)	3.283
Total em 31/12/2025	6.739	(3.513)	5.285

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Individual e Consolidado	
			Total da Exigibilidade	31/12/2025
Recursos Obrigatorios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	334.171	35%
	Pronamp	Depósito à Vista	477.387	50%
	Demais	Depósito à Vista	143.216	15%
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	465.637	70%
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.326.851	60%

No que se refere eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Individual	
			31/12/2025	
Relações Interfinanceiras	13.183	920.361	933.544	
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	920.361	920.361	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4.799	-	4.799	
Outros	8.384	-	8.384	
Rendas a Receber	267.373	-	267.373	
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.285.113	1.285.113	
Pagamentos a Ressarcir	41.344	-	41.344	
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	212.452	281.026	493.478	
Outros	60.203	-	60.203	
Total	594.555	2.486.500	3.081.055	

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Consolidado 31/12/2025
Relações Interfinanceiras	3.007.178	920.361	3.927.539
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	2.998.794	-	2.998.794
Outros	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	127.821	-	127.821
Negociação e Intermediação de Valores	3.873	-	3.873
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.290.435	1.290.435
Pagamentos a Ressarcir	22.432	-	22.432
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	223.259	281.026	504.285
Outros	60.207	-	60.207
Total	3.444.770	2.491.822	5.936.592

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$24.588 refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$893.268 refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.505 refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$917.856. O seu valor de face é de R\$918.994. Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.993.995 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1^a Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$256.981 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$55.627 relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$51.434; e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$107.962.

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Individual e Consolidado
						31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total⁽²⁾	61.820	361.142	20.615.871	899.148	21.937.981	21.856.619

(1) Trata-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Individual
							31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556
Total	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Consolidado
							31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	-	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	-	197.778	197.778
Total	197.778	999.446	340.014	-	21.609	1.558.847	1.559.021

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	21.271	21.669
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	180.828	181.544
Devedores Diversos	156.293	180.069
Bens Destinados à Venda	125.474	126.040
Despesas Antecipadas	97.120	152.348
Outros	8.064	11.227
Total	589.050	672.897

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	01/01/2025	Constituição	Realização	Individual
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.167	735.656	(538.554)	1.987.269
Provisão para Riscos Fiscais	247.844	30.195	(259.116)	18.923
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.737	331.166	(137.173)	982.730
Provisão para Riscos Cíveis	128.515	20.107	(27.554)	121.068
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	-	(5.242)	-
Benefício Pós-Emprego	170.047	42.824	-	212.871
Outras Provisões Temporárias	234.185	173.810	(183.751)	224.244
Prejuízo Fiscal	136.178	-	(1.122)	135.056
Total dos Créditos Tributários	3.500.915	1.333.758	(1.152.512)	3.682.161
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.500.889	1.333.758	(1.152.512)	3.682.135
Obrigações Fiscais Diferidas	(287.939)	(64.325)	198.345	(153.919)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.212.950	1.269.433	(954.167)	3.528.216

	01/01/2025	Constituição	Realização	Consolidado
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.799	738.532	(540.583)	1.988.748
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	30.202	(259.118)	19.021
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	331.312	(137.573)	983.539
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	20.428	(27.834)	122.694
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	-	(5.242)	-
Benefício Pós-Emprego	170.697	43.121	(119)	213.699
Outras Provisões Temporárias	296.802	276.596	(267.574)	305.824
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(1.728)	135.056
Total dos Créditos Tributários	3.568.161	1.440.191	(1.239.771)	3.768.581
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.568.135	1.440.191	(1.239.771)	3.768.555
Obrigações Fiscais Diferidas	(301.775)	(106.959)	237.778	(170.956)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.266.360	1.333.232	(1.001.993)	3.597.599

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual	Consolidado
				Total Registrados	Total Registrado
2026	405.910	324.728	730.638	730.638	758.846
2027	379.301	303.441	682.742	682.742	699.413
2028	338.582	270.865	609.447	609.447	621.021
2029	224.592	179.674	404.266	404.266	413.189
2030	185.456	148.365	333.821	333.821	342.972
2031 a 2033	359.027	287.222	646.249	646.249	658.122
2034 a 2035	152.762	122.210	274.972	274.972	274.992
2036	14	12	26	-	-
Total em 31/12/2025	2.045.645	1.636.517	3.682.162	3.682.135	3.768.555

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.653.221 e no Consolidado R\$2.719.479, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Superveniência de Depreciação	2.793	2.793
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	36.613	36.615
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	377	792
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	1.558	1.558
Superávit Atuarial	112.578	112.821
Outros Débitos Temporários	-	16.377
Total	153.919	170.956

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Participações em Controladas	4.041.273	-
Participações em Coligadas	135.428	135.428
Total	4.176.701	135.428

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2025	Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
				Individual		
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	85.563	100,00	85.563	10.253	10.233	2.435
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	164.812	98,98	163.138	34.008	33.662	7.994
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	556.017	99,68	554.255	92.447	92.154	21.887
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.893.785	100,00	2.893.785	405.240	405.240	96.244
Banrisul Seguridade Participações S.A.	344.532	100,00	344.532	185.975	185.975	44.169
Total	4.044.709		4.041.273	727.923	727.264	172.729
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	17.472	8.718	11.301
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	172.198	86.082	126.621
Total	271.010		135.428	189.670	94.800	137.922

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2025	Consolidado	
						Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾	
Empresas Coligadas							
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	17.472	8.718	11.301	
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	172.198	86.082	126.621	
Total	271.010		135.428	189.670	94.800	137.922	

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): holding que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Individual		
					Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	182.050	5.111	315.583	177.021	448.214	24.041	1.152.020
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.457)	(20.524)	(670.772)
Valor Contábil Líquido	83.795	5.111	158.790	81.278	148.757	3.517	481.248
Aquisições – Adoção Inicial CPC 06(R2)	449.235	-	-	-	8.657	4.007	461.899
Aquisições	60.855	1.425	39.027	12.904	38.200	626	153.037
Alienações – Baixas Custo	(92.640)	-	(10.489)	(1.954)	(22.935)	(9)	(128.027)
Alienações – Baixas da Depreciação	81.911	-	7.039	1.754	21.382	9	112.095
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(224.689)	-	-	-	(5.705)	(468)	(230.862)
Depreciação	(79.269)	-	(11.812)	(7.664)	(39.939)	(1.486)	(140.170)
Transferências Líquido Custo	(2.138)	(2.998)	-	2.418	588	(7)	(2.137)
Transferências Líquido Depreciação	650	-	-	(258)	221	37	650
Movimentação Líquida no Período	193.915	(1.573)	23.765	7.200	469	2.709	226.485
Total em 31/12/2025							
Custo	597.362	3.538	344.121	190.389	472.724	28.658	1.636.792
Depreciação Acumulada	(319.652)	-	(161.566)	(101.911)	(323.498)	(22.432)	(929.059)
Valor Contábil Líquido	277.710	3.538	182.555	88.478	149.226	6.226	707.733

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Consolidado		
					Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	198.688	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.657
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.405)	(21.755)	(800.083)
Valor Contábil Líquido	95.335	39.498	168.056	86.949	269.125	3.611	662.574
Aquisições Adoção Inicial CPC 06(R2)	455.883	-	-	-	8.657	4.007	468.547
Aquisições	62.565	85.104	39.027	12.915	38.200	847	238.658
Alienações – Baixas Custo	(92.713)	(369)	(10.506)	(2.233)	(66.505)	(144)	(172.470)
Alienações – Baixas da Depreciação	81.964	-	7.048	2.030	57.134	143	148.319
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(227.385)	-	-	-	(5.706)	(467)	(233.558)
Depreciação	(80.579)	-	(12.996)	(8.458)	(80.142)	(1.565)	(183.740)
Transferências Líquido Custo	(2.138)	(49.197)	-	2.419	46.787	(7)	(2.136)
Transferências Líquido Depreciação	650	-	-	(258)	221	37	650
Movimentação Líquida no Período	198.247	35.538	22.573	6.415	(1.354)	2.851	264.270
Total em 31/12/2025							
Custo	622.285	75.036	361.165	201.032	705.669	30.069	1.995.256
Depreciação Acumulada	(328.703)	-	(170.536)	(107.668)	(437.898)	(23.607)	(1.068.412)
Valor Contábil Líquido	293.582	75.036	190.629	93.364	267.771	6.462	926.844

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Até 12 Meses	93.524	94.927
De 1 a 5 Anos	140.075	142.302
Acima de 5 Anos	6.264	6.264
Total ⁽¹⁾	239.863	243.493

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$80.548 (Nota 35a).

Nota 18 – Intangível

	Individual			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	9.735	42.637	-	52.372
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	208	-	208
Amortização do Período	(26.707)	(191.864)	-	(218.571)
Movimentação Líquida no Período	(16.972)	(149.412)	-	(166.384)
Total em 31/12/2025				
Custo	324.432	1.618.581	658	1.943.671
Amortização Acumulada	(223.581)	(1.419.750)	(658)	(1.643.989)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	9.735	42.637	-	52.372
Alienações – Baixas Custo	(142)	(392)	-	(534)
Alienações – Baixas da Amortização	142	207	-	349
Amortização do Período	(26.707)	(191.864)	-	(218.571)
Movimentação Líquida no Período	(16.972)	(149.412)	-	(166.384)
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(224.709)	(1.419.751)	(875)	(1.645.335)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Individual 31/12/2025
Depósitos	26.092.558	2.292.745	8.163.517	29.434.025	19.577.584	16.181.493	101.741.922
À Vista	4.302.784	-	-	-	-	-	4.302.784
Poupança	10.927.247	-	-	-	-	-	10.927.247
Interfinanceiros	-	125.989	2.235.020	-	-	-	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.166.756	5.928.497	29.434.025	19.577.584	16.181.493	73.288.355
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	10.853.799	-	-	-	-	-	10.853.799
Outros Depósitos	8.728	-	-	-	-	-	8.728
Captações no Mercado Aberto	-	22.959.070	-	-	-	-	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	907.334	2.521.697	5.230.217	52.669	-	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	802.548	1.497.347	468.894	28.246	6.263	2.803.298
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	209.927	872.088	1.423.688	806.212	490.911	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	3.780.792	2.263	-	-	3.783.055
Total	26.092.558	27.171.624	16.835.441	36.559.087	20.464.711	19.091.707	146.215.128

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Consolidado
							31/12/2025
Depósitos	26.369.986	2.292.745	6.702.081	29.434.025	19.577.584	16.181.493	100.557.914
À Vista	4.296.487	-	-	-	-	-	4.296.487
Poupança	10.927.247	-	-	-	-	-	10.927.247
Interfinanceiros	-	125.989	2.235.020	-	-	-	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.166.756	4.467.061	29.434.025	19.577.584	16.181.493	71.826.919
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	10.853.434	-	-	-	-	-	10.853.434
Outros Depósitos	292.818	-	-	-	-	-	292.818
Captações no Mercado Aberto	-	22.819.656	-	-	-	-	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	906.430	2.196.102	4.584.175	52.669	-	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.413.040	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	802.947	1.498.351	470.666	28.701	6.263	2.806.928
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	209.927	872.088	1.423.688	806.212	490.911	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.580.465	2.263	-	-	5.582.728
Total	26.369.986	27.031.705	16.849.087	35.914.817	20.465.166	19.091.707	145.722.468

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 81,59% e 18,41% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,85% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSNs que totalizaram montante de R\$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Individual 31/12/2025
Relações Interfinanceiras	913.198	-	913.198
Relações Interdependências	261.318	-	261.318
Operações de Câmbio	150.257	-	150.257
Credores por Recursos a Liberar	48.905	-	48.905
Transações com Cartões a Pagar	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	820.827	-	820.827
Recursos em Trânsito de Terceiros	18.657	-	18.657
Outros	318.788	2.263	321.051
Total	3.780.792	2.263	3.783.055

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Consolidado 31/12/2025
Relações Interfinanceiras	713.893	-	713.893
Relações Interdependências	258.571	-	258.571
Operações de Câmbio	150.257	-	150.257
Negociação e Intermediação de Valores	4.551	-	4.551
Credores por Recursos a Liberar	49.042	-	49.042
Transações com Cartões a Pagar	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.672.524	-	2.672.524
Recursos em Trânsito de Terceiros	18.657	-	18.657
Outros	464.128	2.263	466.391
Total	5.580.465	2.263	5.582.728

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado 31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(99.213)
Operações de Swap (Nota 22)	(99.112)
Operações de Câmbio	(101)
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	1.689.405
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 22)	1.684.915
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	4.490
Total	1.590.192

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier 2*) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01/01/2027.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Individual e Consolidado	
			Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 31/12/2025
Swap		102.091	(2.979)	99.112
Ativo	1.493.020	195.409	(2.979)	192.430
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	-	(93.318)
Futuros de DI⁽¹⁾	998.898	696.671	302.227	998.898

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Individual e Consolidado	
		Valor Justo	Até 3 Meses
Swap		99.112	99.112
Ativo	1.493.020	192.430	192.430
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	(93.318)
Futuros de DI	998.898	998.898	998.898
Ajuste Líquido Swap 31/12/2025		99.112	99.112

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge (hedge accounting)* prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset (ratio analysis)* para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (US\$)	Individual e Consolidado			
		Index Ativo	Index Passivo	MTM	Efeito MTM
Instrumento de Hedge					
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	66.095	66.108
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	33.017	33.024
Total				99.112	99.132
Objeto de Hedge					
<i>Tier 2</i>	300.000		USD+5,375%	(1.684.915)	(1.684.934)
DV01					-99,99%

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A

margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$125.989.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitem a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Individual				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455	2.895.167
Constituição e Atualização Monetária	66.883	735.924	56.453	224	859.484
Reversão da Provisão ⁽¹⁾	(863.661)	-	(11.771)	-	(875.432)
Baixas por Pagamento	(2.197)	(304.827)	(61.231)	-	(368.255)
Saldo Final em 31/12/2025	50.400	2.183.845	269.040	7.679	2.510.964
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2025	169.298	961.345	154.470	-	1.285.113

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	66.900	735.841	56.696	224	859.661
Reversão da Provisão ⁽¹⁾	(863.661)	(472)	(11.839)	-	(875.972)
Baixas por Pagamento	(2.197)	(305.022)	(61.311)	-	(368.530)
Saldo Final em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.463	7.679	2.518.055
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2025	169.358	965.134	155.943	-	1.290.435

(1) Refere-se principalmente à reversão de contingência fiscal do Banrisul no montante total de R\$855.172 relativos a valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, dos quais:

- R\$614.738 foram contabilizados como reversão em Outras Receitas Operacionais (Nota 29); e
- R\$240.434 foram contabilizados como reversão de contingência fiscal.

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. O valor atualizado desta provisão, de R\$855.172, foi totalmente revertido em dezembro de 2025, conforme descrito a seguir:

Essa provisão refere-se à Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, com pedido de suspensão da exigibilidade de crédito tributário, em trâmite no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4^a Região que:

- Em 5 de dezembro de 2024, foi realizado novo julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Banrisul, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), corrigindo erros materiais e restabelecendo o acórdão originário que havia dado provimento à apelação do Banrisul;
- A União apresentou embargos de declaração, rejeitados por unanimidade em 3 de abril de 2025;

- Posteriormente, a União interpôs Recurso Especial que, em 16 de outubro de 2025, foi inadmitido;
- Em novembro de 2025, a União apresentou Agravo em Recurso Especial; e
- Em 4 de dezembro de 2025, foi proferido despacho mantendo a decisão agravada e remetendo o feito ao STJ.

As decisões do Colegiado Estendido do TRF da 4^a Região demonstram que a controvérsia foi exaustivamente examinada, não havendo questão jurídica relevante que justifique a manutenção de provisão em grau elevado. O acórdão vencedor reconheceu que o equívoco do julgamento anterior decorreu da interpretação incorreta de documentos administrativos e contábeis, concluindo que a própria autoridade fiscal reconheceu a dedutibilidade das contribuições à FBSS.

Mesmo com o Agravo em Recurso Especial da União, os consultores jurídicos do Banrisul entendem que a probabilidade de êxito da União é remota, uma vez que os fundamentos de inadmissibilidade refletem jurisprudência pacífica do STJ.

Diante disso, à luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do CPC 25, o Banrisul concluiu que não há elementos que justifiquem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade dessa provisão.

Em 31 de dezembro de 2025 existem outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável somam o montante de R\$1.270.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$939.677 e no Consolidado R\$979.420. Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Existe também auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$132.936, classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$113.806 e como perda provável o montante de R\$19.130, devidamente provisionado. Além dessas, foi provisionado R\$30.000 para encargos contratuais relacionados à processos judiciais de natureza fiscal.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$855.538 e no Consolidado R\$857.251. Adicionalmente, o valor de R\$105.807 e no Consolidado R\$107.883 foi exigido para os recursos processuais.

Em dezembro de 2025, procedeu-se à constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas referente a ações coletivas movidas pelo Sindicato da categoria no montante de R\$251.755, relacionada à discussão judicial sobre a 7^a e 8^a horas diárias. A constituição de provisão adicional foi motivada pelo entendimento de instâncias Superiores acerca da representatividade do grupo, bem como alterações relevantes no cenário processual de execuções provisórias em curso na 1^a instância, cujo desmembramento trouxe maior celeridade e a necessidade de uma análise mais assertiva em relação ao risco envolvido em cada uma dessas execuções. O provisionamento adicional, portanto, visa refletir a melhor estimativa de desembolso futuro em relação aos casos.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$966.227 e no Consolidado R\$973.512, que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tíquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$154.470 e no Consolidado R\$155.943.

Existem ainda R\$128.859 no Individual e no Consolidado relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R\$7.679.

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.369	10.369
Obrigações Sociais e Estatutárias	414.391	414.801
Provisão de Pessoal	169.527	170.648
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	154.963	164.374
Credores Diversos	108.542	192.987
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	540.504	542.939
Provisões para Pagamentos a Efetuar	151.582	189.729
Rendas Antecipadas	104.337	104.337
Outros	3.749	7.239
Total	1.657.964	1.797.423

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/(Transferências)	(10.305)	-	-	-	(105)	-	(10.410)	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/(Transferências)	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 01/01/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$620.000 referente aos JSCP do período de reporte, imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$279.000.

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2025 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	1.604.272
Ajuste	-
Reserva Legal	(80.214)
Base de Cálculo dos Dividendos	1.524.058
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	381.014
Dividendo Adicional 15%	228.609
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	609.623
 Juros sobre Capital Próprio Pagos ⁽¹⁾	 580.625
Ações Ordinárias – R\$ 1.515,83931 por lote de mil ações	310.845
Ações Preferenciais A – R\$1.559,83706 por lote de mil ações	2.142
Ações Preferenciais B – R\$1.515,83931 por lote de mil ações	307.013
Imposto de Renda na Fonte	(39.375)
 Distribuição de Dividendos ⁽¹⁾	 28.998
Ações Ordinárias – R\$70,85547 por lote de mil ações	14.530
Ações Preferenciais A – R\$85,27644 por lote de mil ações	117
Ações Preferenciais B – R\$70,85547 por lote de mil ações	14.351
 Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	 609.623

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Administração de Fundos	72.733	140.305
Cobrança e Custódia	55.989	56.005
Administração de Consórcios	-	121.092
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	529.628
Arrecadação	30.066	30.066
Comissões de Corretagem de Seguros	-	311.860
Cartão de Crédito	238.271	247.575
Serviços de Conta Corrente	600.605	619.098
Outras	43.258	80.178
Total	1.040.922	2.135.807

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Remuneração Direta	1.372.186	1.387.395
Benefícios	448.155	450.526
Encargos Sociais	601.009	604.377
Treinamento	10.728	10.830
Participações dos Empregados no Resultado	301.997	302.197
Total	2.734.075	2.755.325

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Comunicações	66.572	70.610
Processamento de Dados	266.987	273.982
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	139.063	139.063
Amortização e Depreciação	358.741	402.311
Aluguéis e Condomínios	51.905	50.714
Serviços de Terceiros	456.937	482.966
Serviços Técnicos Especializados	229.498	243.392
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	147.994	174.609
Manutenção e Conservação de Bens	119.066	119.484
Água, Energia e Gás	30.748	31.315
Serviços do Sistema Financeiro	45.112	47.236
Outras	134.393	140.937
Total	2.047.016	2.176.619

(1) É composto principalmente por R\$60.746 e no Consolidado R\$81.068 de despesa com propaganda institucional e R\$82.081 e no Consolidado R\$82.925 de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	233.616	23.330
Reversão de Provisões Operacionais ⁽¹⁾	645.385	645.681
Tarifas Interbancárias	15.832	15.832
Títulos de Créditos a Receber	28.370	28.389
Receitas Diversas com Cartões	37.223	37.223
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	20.580	21.583
Atualização de Depósitos Judiciais	88.955	89.199
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	298.504
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	57.378	57.378
Atualização de Ativo Atuarial	56.389	56.627
Outras	40.159	48.784
Total	1.223.887	1.322.530

(1) Refere-se principalmente à reversão de contingência fiscal do Banrisul no montante total de R\$614.738 (Nota 23a).

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	89.763	89.763
Despesas com Cartões	10.068	10.068
Convênio INSS	300.772	300.772
Convênios Crédito Consignado	9.158	9.158
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	13.705	13.705
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	5.728	138.604
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	12.002	12.002
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	8.177	8.177
Bônus Banrisul de Vantagens	37.816	37.816
Tarifas Não Recebidas	25.789	25.789
Atualização de Passivo Atuarial	381	413
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	20.893	20.893
Outras	66.224	79.271
Total	600.476	746.431

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual	Consolidado
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	1.446.837	1.816.198
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(651.076)	(700.080)
Efeito no Cálculo dos Tributos	808.511	488.792
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	279.000	279.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	369.928	42.660
Outros Valores	159.583	167.132
IR e CSLL	157.435	(211.288)
Corrente	1.487	(382.750)
Diferido	155.948	171.462

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	1.604.272
Ações Ordinárias	804.142
Ações Preferenciais A	5.903
Ações Preferenciais B	794.227
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$	
Ação Ordinária	3,92
Ação Preferencial A	4,30
Ação Preferencial B	3,92

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ)

como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.)⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	0,00	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05
Hipóteses Econômicas - 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.)⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses							
Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015- 2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Salgado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses							
Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Salgado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾			
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 31/12/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcada básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcada adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcada do salário de participação que excede a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcada variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcada básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcada adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcada do salário de participação que excede a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcada variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custo, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcada básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcada adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcada do salário de participação que excede a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcada variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custo, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcada:

- Parcada básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Categorias	Alocação %					
	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Categorias	Alocação %					
	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.614 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$165.031 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2025	31/12/2024
Planos de Previdência		
PBI	409.155	360.094
PBS	371.822	332.368
FBPREV	28.035	3.157
FBPREV II	(4)	(2)
FBPREV III	(77)	(68)
Planos de Saúde	9.379	24.639
Prêmio Aposentadoria	(181.463)	(172.947)
Total	361.395	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido - 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido - 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período - 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Resultado do Exercício - 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Atuariai	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuariai	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	133.703

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	15	-	558	(601)	(25)	1.692	4.245
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	119.661	138.046	2.297	24.157	33.654	20.210	12.730
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(83.476)	(140.110)	(4.909)	(34.689)	(34.612)	(45.925)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.765	4.745	2.575	10.393	1.873	3.887	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	40.965	2.681	521	(740)	890	(20.136)	16.975

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	48.538	10.346	326	1.149	3.209	14.380	-
Contribuições do Participante	82.927	10.346	326	1.149	3.209	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	57.028

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	57.028
2027	202.970	127.611	1.814	20.053	35.589	14.835	10.114
2028	196.565	125.685	1.824	19.673	34.673	14.876	8.335
2029	190.868	123.688	1.803	19.396	33.712	15.027	10.995
2030	183.219	121.561	1.789	19.111	32.778	15.078	8.676
2031 a 2035	806.773	569.827	8.891	91.572	147.738	73.973	15.438

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

<i>Duration (em anos)</i>	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,81	10,89	5,97
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes - 31/12/2025	Planos de Saúde								Prêmio Aposentadoria
	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	2.889	2.825	4.830	4.676	1.531	8.725	3.122	13.199	9.277

Quantidade de Participantes - 31/12/2024	Planos de Saúde								Prêmio Aposentadoria
	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.501)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.780
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(259)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	260

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes
(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$17.001.441, dos quais R\$9.823.501 foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado
	31/12/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	21.095.335
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	40.143
Fundos de Ações	127.835
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.409
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	13.443.707
Carteiras Administradas	519.940
Total	35.237.369

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 120 grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 71.998 consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo deferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a.

- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Individual	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.889.999)	(2.038.073)
Outros Ativos	4.861	-
Depósitos à Vista	(1.426.525)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(13.443.707)	(2.038.073)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(10.288)	-
Outros Passivos	(14.340)	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(3.398.531)	(93.354)
Outros Ativos Financeiros	182.703	65.068
Outros Ativos	22.516	123.593
Depósitos à Vista	(6.297)	-
Depósitos a Prazo	(1.461.801)	(148.682)
Captações no Mercado Aberto	(139.414)	(15.887)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(972.541)	(106.067)
Outros Passivos Financeiros ⁽³⁾	(1.022.879)	-
Outros Passivos	(818)	(11.379)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(70.305)	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(70.260)	-
Outros Passivos	(45)	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	-	(17.809)
Outras Despesas Administrativas	-	(17.809)
Total	(18.358.835)	(2.149.236)

	Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.889.999)	(2.038.072)
Outros Ativos	4.861	1
Depósitos à Vista	(1.426.525)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(13.443.707)	(2.038.073)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(10.288)	-
Outros Passivos	(14.340)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(70.305)	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(70.260)	-
Outros Passivos	(45)	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	-	(23.201)
Outras Despesas Administrativas	-	(23.201)
Total	(14.960.304)	(2.061.273)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	25.845
Remuneração	20.131
Encargos Sociais	5.714
Benefícios Pós-Emprego	1.062
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	1.062
Total	26.907

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Nota 37 – Evento Subsequente

Resgate de Notas Subordinadas

Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021 no valor de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Relatórios

Relatório do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), com o Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e por seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria elabora semestralmente relatório, contendo a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, das auditorias independente e interna. Avalia, ainda, a qualidade das demonstrações financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas.

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2019 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 4.910/2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), identificados como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição; e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e as Diretorias do Banco.

É responsabilidade da Administração manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Limited) cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul, Empresas Controladas e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira.

2. ATIVIDADES E DESTAQUES DO PERÍODO

O planejamento dos trabalhos para o ano de 2025, aprovado em 09 de dezembro de 2024, foi realizado considerando as principais atribuições do Comitê, e é revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. No período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2026, o Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis pela auditoria, a contabilidade, o controle interno, o gerenciamento de riscos, entre outros. Nesse período realizou 11 reuniões, contemplando 49 sessões, devidamente formalizadas em atas. Foram recebidas 142 matérias para análise.

No tocante à educação continuada, integrantes do Comitê participaram, no período de junho a dezembro de 2025, de cursos e fóruns relacionados à sua área de competência, totalizando 18 horas.

Ao longo do 2º semestre de 2025 foram realizadas reuniões com o Banco Central do Brasil, Diretores do Banrisul e das Empresas Controladas, Auditores Independentes, a Auditoria Interna, os executivos das Unidades de Contabilidade, Controladoria Financeira, Relação com Investidores, Estratégia e Inteligência de

Crédito, Agronegócios, entre outras áreas que integram a Instituição. Manteve interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos, em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

Entre os assuntos tratados, importante ressaltar a avaliação e monitoramento sobre: os mecanismos de controle interno; as demonstrações financeiras, transações com partes relacionadas, informações e medições divulgadas; as constatações relevantes em acompanhamento pela Auditoria Interna; os indicadores de risco de crédito; os indicadores do setor bancário; a avaliação de efetividade em prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT); as ocorrências e tentativas de golpes e fraudes contra clientes; a avaliação atuarial; o canal de denúncias; a ouvidoria; e o atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Além disso, o Comitê tomou ciência das atas das reuniões da Diretoria.

O Comitê encaminhou regularmente as atas das reuniões ao Conselho Fiscal, reunindo-se com seus integrantes.

Trimestralmente, foram apresentados ao Conselho de Administração relatórios sobre as atividades do Comitê, abrangendo os temas dentro do escopo de sua atuação. Além disso, foram recomendadas ao Conselho correções e aprimoramentos em políticas, práticas e procedimentos identificados no exercício de suas atribuições.

Os representantes do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil participaram de reunião do Comitê com o objetivo de se inteirarem das atividades desenvolvidas, bem como de atualizarem os integrantes sobre o andamento de suas próprias ações e o atendimento aos respectivos apontamentos.

O Comitê de Auditoria analisou os relatórios mensais emitidos pela Auditoria Interna. Acompanhou a evolução do Plano Anual de Auditoria Interna 2025. Reuniu-se para esclarecimentos e tomada de providências corretivas em relação aos apontamentos, realizando alinhamentos contínuos dos trabalhos. Também analisou e aprovou o Plano Anual de Auditoria Interna 2026.

O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a Auditoria Independente para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados, bem como a independência dos auditores.

Importante destacar que, (i) não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da instituição e; (ii) não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

3. CONCLUSÕES

A análise dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna, pela Unidade de Controles, Compliance e Inspetoria, e pela Unidade de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Governança em Privacidade – considerada dentro das limitações naturais do escopo de atuação de cada órgão – não identificou elementos que comprometam a efetividade do sistema de controles internos.

Com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco.

O sistema de controle interno do Banrisul é adequado ao porte e à complexidade das operações do Conglomerado, recebendo atenção contínua da Administração.

A Auditoria Independente e a Auditoria Interna atuam de maneira efetiva, com objetividade e independência, contribuindo significativamente para a qualidade dos controles internos.

O exame regular das demonstrações financeiras, que são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil,

com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o contato frequente com a Unidade de Contabilidade, com a Auditoria Interna e com os Auditores Independentes, permite ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Considerando o escopo de suas atividades, os trabalhos e as avaliações realizadas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e com as demais práticas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, adotadas no Brasil, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2026.

Carlos Biedermann

Urbano Schmitt
Coordenador

João Zani

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, no Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, emitido nesta data, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2026.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas (“Banco”), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil - BCB, a qual estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, além de definir diretrizes para a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve o julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.c., nº 4.c e nº 10.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da Resolução, visando gerar a expectativa das perdas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (“Probability of Default”), LGD (“Loss Given Default”) e EAD (“Exposure at Default”). Para tanto, o Banco utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de seus instrumentos financeiros. A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, à utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da Resolução nº 4.966/2021 do CMN; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (c) revisão e desafio dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito expandida nos estágios requeridos pela Resolução nº 4.966/2021, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas em risco de crédito; (d) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.(i) e nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados através de métodos massificados ou análise individualizada de cada processo, o qual é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e aos montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao uso de estimativa e julgamento por parte da Administração, junto aos seus assessores jurídicos, dos processos individualizados, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas tributários e legal para análise dos processos fiscais, avaliados por nós, como significantes; (b) envolvimento de nossos especialistas estatísticos para entendimento dos parâmetros utilizados no método “Massificado”; (d) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (e) análise por amostragem da razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; (f) interação com os assessores jurídicos do Banco responsáveis pelas principais causas fiscais; e (g) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem dos ambientes de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria, devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios, quanto à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, nos permitiram considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, a época e a extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB", e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. nessa data, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 9 de fevereiro de 2026.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

